



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 753 - DE 23 DE NOVEMBRO A 6 DE DEZEMBRO DE 2025 - R\$ 5,00



América Latina nos marcos da crise mundial

Nas condições de agravamento da crise mundial, como vem se desenvolvendo na América Latina, sobressaem as necessidades básicas de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e políticos. Sobressai também a rejeição à opressão nacional sofrida pelos países de economia atrasada e saqueados pelo capital imperialista. No plano geral da desintegração do capitalismo, emerge o programa da revolução social

Cabe à vanguarda com consciência de classe dirigir as lutas e conduzi-las - a partir das reivindicações mais sentidas das massas - à estratégia das transformações socialistas

33

**anos de liquidação da União das
Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

**Manifesto de fundação da III Internacional
Lutar em defesa das conquistas históricas do proletariado**

América Latina nos marcos da crise mundial

As tarefas da vanguarda com consciência de classe

Persiste e aumenta a instabilidade mundial marcada pelos quase quatro anos de guerra na Ucrânia, pelos dois anos de genocídio dos palestinos na Faixa de Gaza e de violentos conflitos na África, cujo ponto alto tem sido a guerra civil no Sudão. No continente europeu, a notícia mais sintomática da instabilidade política é a do objetivo de se criar uma “área de mobilidade militar a nível da UE até 2027”, cujo centro de atenção é o da confrontação com a Rússia. Na Ásia, o novo governo japonês, da primeira-ministra Sanae Takaichi, dá continuidade ao rearmamento do país e se declara disposta a enfrentar a China no caso desta atacar Taiwan, de forma que se colocou como porta-voz dos Estados Unidos na região. Na América Latina, destaca-se a ofensiva militar do imperialismo norte-americano contra a Venezuela e Colômbia.

De conjunto, a escalada militar e as guerras são expressões das contradições e decomposição da economia mundial. A maior potência, os Estados Unidos, estabeleceu, sob o governo Trump, um plano geral de defesa de seus interesses mundiais afetados pelo declínio da economia norte-americana. Quanto à América Latina, a estratégia se concentra em amplas ações para obstaculizar e deter a penetração dos capitais chineses. Certamente, trata-se de uma estratégia geral, mas que se concretiza nas particularidades das relações existentes em cada região do mundo.

O cerco à Venezuela e Colômbia indica a confrontação com os obstáculos mais imediatos à dominação norte-americana. Obstáculos existentes no terreno das relações capitalistas de produção e comércio. Tornou-se cada vez mais intolerável a existência de governos nacionalistas, ainda que não ofereçam perigo à ascendência dos Estados Unidos. O conflito que se estende desde a implantação do regime chavista na Venezuela se potenciou no último período com a integração de países latino-americanos com a China, por meio do comércio e dos investimentos. As nações cujas economias nacionais se encontram mais profundamente entrelaçadas com a economia mundial são as que padecem com a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Está aí por que vem se projetando os atritos da potência norte-americana com o México e o Brasil. A Argentina não está isenta desse embate, que não aparece tão abertamente devido ao alinhamento do governo Milei com os ditames de Trump.

É visível o motivo pelo qual a maior parte dos países europeus e grande número de países latino-americanos esvaziaram a recente 4ª Cúpula Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) - União Europeia. Nenhuma medida concreta poderia ser tomada contra o cerco militar pelos Estados Unidos à Venezuela e Colômbia e aos bombardeios a embarcações no Mar do Caribe e Pacífico, em nome da “guerra ao narcoterrorismo”. As condenações verbais não passaram de demagogia para acobertar o servilismo histórico dos governantes e das burguesias nacionais aos Estados Unidos. Não foram capazes sequer de reagir à reativação de bases militares norte-americanas em Porto Rico e no Equador. Os representantes do imperialismo europeu conseguiram obter uma posição pró-

-imperialista e pró-OTAN à guerra na Ucrânia, contado apenas com a rejeição da Venezuela e Nicarágua.

Trump tem sido explícito na exposição da intenção dos Estados Unidos de derrubarem o governo de Maduro e enfraquecerem o governo de Petro. Vem impondo um alinhamento por meio de governos vassalos do Equador, Peru, El Salvador, Costa Rica e, entre outros, sobretudo da Argentina. Conta agora com a possibilidade de incorporar o novo governo ultradireitista da Bolívia. Impulsiona a oposição de direita e ultradireita ao governo Lula, apesar de seu pseudo nacional-reformismo.

A falência do governo Boric no Chile e a retomada de terreno político pela ultradireita e direita que disputará o segundo turno com a candidata do Partido Comunista, Jeannette Jara, favorecem a estratégia trumpista de um alinhamento anti-China. Aguarda-se com expectativa a decisão de segundo turno em 14 de dezembro. Nenhuma das variantes é capaz de conter as tendências desintegradoras da crise econômica e da instabilidade política, marcada pelas divisões interburguesas e pela pressão dos explorados que tendem a retomar o campo das mobilizações coletivas.

A surpresa maior foi a fragorosa derrota do governo do Equador, Daniel Noboa, no referendo que tinha por meta autorizar a substituição da Constituição por meio de uma Constituinte e reinstalar bases militares norte-americanas, proibidas desde 2008. Em setembro e outubro, ergueu-se um movimento de massa contra a eliminação do subsídio ao diesel, a alta do custo de vida, a brutal repressão e o esmagamento dos direitos democráticos da população trabalhadora. Esteve à frente das mobilizações a Comunidade das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie). Tudo indica que a ação direta das massas influenciou o referendo como uma forma de condenar o governo antinacional e antipopular, capacho do imperialismo norte-americano. A resistência dos explorados equatorianos indica o caminho da luta dos oprimidos latino-americanos.

A manifestação de jovens mexicanos no dia 15 de novembro, embora motivada por descontentamento generalizado, se chocou com o governo de Claudia Sheinbaum. A dureza da repressão mostra que se trata de um governo incapaz de dar resposta à gigantesca pobreza da maioria oprimida e reagir aos ataques de Trump.

Na contramão da mobilização no Equador, na Colômbia as Forças Armadas desfecharam uma operação a organizações que derivaram das Forças Armadas da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN), matando 28 guerrilheiros.

Os Estados Unidos necessitam concentrar a guerra comercial contra a China. Várias frentes de conflitos levam à dispersão de forças. Nesse campo amplo, destacam a continuidade da guerra na Ucrânia e a dificuldade de impor a paz dos cemitérios na Faixa de Gaza. A retomada da proposta de discussão do plano de paz para a Ucrânia causa desconfiança, devido ao fracasso da tentativa inicial. A resistência da União Europeia alimenta a indisposição do governo de Zelensky de negociar

sobre a base dos pontos que favorecem a Rússia. Logo mais veremos se Trump aumentará a pressão norte-americana para que dessa vez avancem as tratativas.

O Conselho de Segurança da ONU decidiu a favor da paz de cemitério de Trump para a Faixa de Gaza. As abstenções da Rússia e China permitiram sua vigência. Aprovou-se a constituição de um "Conselho de Paz", com a participação dos Estados-membros. A posição norte-americana foi a de que essa resolução poderia garantir o acordo de 9 de outubro. O fato é que Israel não pretende abrir mão da anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Suas forças Armadas continuam a provocar mortes massivas.

O mais provável é que a instabilidade e as tendências ao confronto se mantenham. A América Latina continuará fazendo parte e refletindo o processo de desintegração do capitalismo. A visão ampla sobre as tendências das guerras comercial e bélica permite à vanguarda com consciência de classe se orientar politicamente e agir em favor da luta de classes encarnada pelo proletariado e pela maioria oprimida. O descontentamento, o instinto de revolta e as mobilizações que ocorrem em toda a parte se dirigem à revolução social. Não é ainda perceptível a relação entre a polarização dos explorados contraposta à classe capitalista, bem como das nações oprimidas às potências imperialistas, e a revolução social. A luta pelo poder e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social depende da classe operária ser dirigida por seu partido revolucionário. Sem que se independize da política burguesa, as massas permanecem na luta pelas necessidades imediatas.

Nas condições de agravamento da crise mundial, como aqui vem se desenvolvendo, sobressaem as necessidades bá-

sicas de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e políticos. Sobressaem também a rejeição à opressão nacional sofrida pelos países de economia atrasada e saqueados pelo capital imperialista. No plano geral da desintegração do capitalismo, emerge o programa da revolução social. Cabe à vanguarda com consciência de classe dirigir as lutas e conduzi-las - a partir das reivindicações mais sentidas das massas - à estratégia das transformações socialistas.

A parte do programa de reivindicação de defesa da vida dos explorados se dirige diretamente à classe capitalista e ao Estado burguês de cada país. A parte do programa da defesa da soberania e independência das nações oprimidas se dirige diretamente aos Estados imperialistas. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é evidenciar na luta de classes a unidade indissolúvel entre a parte do programa vital das massas com o programa anti-imperialista, e a unidade indissolúvel com o programa da revolução social. Assim, os explorados enfrentarão a ditadura de classe da burguesia com a estratégia da ditadura do proletariado. A tática da frente única anti-imperialista corresponde à luta contra a opressão nacional e a tática de frente única operária corresponde à unidade dos explorados contra a classe capitalista. A vanguarda com consciência de classe está obrigada a trabalhar sempre e em todas as circunstâncias pela unidade dos explorados contra a burguesia, seu Estado e o imperialismo.

Não há dúvida de que o proletariado se encontra em grande medida desorganizado e imobilizado pelas direções sindicais burocráticas e pela política burguesa. Essa situação mostra a importância decisiva de reconhecer a crise de direção e trabalhar por sua superação construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Dia da Consciência Negra

Organizar a luta contra as chacinas e contra todas as formas de opressão de classe!

A crise capitalista nacional e internacional avança a olhos vistos. A situação de penúria da maioria preta e pobre acompanha essa crise. Mas é importante que os lutadores e a vanguarda com consciência de classe compreendam a diferença entre a crise geral atual, que já dura mais de uma década, e suas particularidades e seus desdobramentos. Essa tarefa só pode ser feita se se acompanhar o desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no mundo, e extrair daí as tarefas necessárias para responder à barbárie capitalista.

Do ponto de vista geral, a crise no Brasil é consequência direta da profunda crise econômica internacional que se instalou a partir de 2008, no centro do imperialismo mundial, os Estados Unidos. A partir daí, cada país ao seu tempo e à sua maneira sentiu os reflexos da decomposição do capitalismo, o que dinamizou as crises políticas, que têm em sua base o aprofundamento da situação de fome e miséria em diversas partes do globo, impulso às tendências bélicas e, por consequência, às guerras de dominação e aos conflitos regionais.

No Brasil, a crise econômica se mostrou mais evidente a partir de 2013, chegando à recessão no final de 2014 e nos anos de 2015 e 2016. A crise política se instalou. Um golpe de Estado foi aplicado pela burguesia, retirando o PT do poder federal. A ditadura civil de Temer se colocou na tarefa de aplicar profundas reformas contra os trabalhadores. As contrarreformas trabalhista, previ-

denciária, do ensino médio, além de medidas financeiras como a do teto de gastos, foram o resultado mais concreto desse período turbulento. Nesse contexto, a extrema-direita teve terreno fértil para crescer, surgiu o que atualmente se chama bolsonarismo, um amálgama da fração mais reacionária da burguesia, da camada abastada da classe e igualmente reacionária e setores militares radicados na ditadura instalada em 1964. Essa política arrastou um enorme contingente de trabalhadores descontentes com o petismo, que acreditou que essa seria a via da mudança desejada.

O governo Bolsonaro consolidou as contrarreformas de Temer e implementou a reforma da previdência, jogando a maioria da população na desesperança completa de um dia contar com uma aposentadoria quando não mais tiver condições de trabalhar. Não é preciso dizer que esse conjunto de contrarreformas afetou de maneira mais dramática os negros, que no Brasil é a parte dos trabalhadores que mais sofre com o preconceito, com o desemprego, com a violência policial, com o encarceramento etc.

O retorno do PT ao governo alimentou ilusões nas massas exploradas. O teatro encenado na rampa do Palácio do Planalto no dia da posse de Lula/Alckmin se desfez rapidamente, quando o governo que se dizia a favor dos trabalhadores não se propôs a revogar nenhuma das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Estabelecia-se assim um governo de continuidade.

A situação internacional não apresenta um quadro de melhora. A guerra na Ucrânia, o rearmamento da Europa, a reativação de programas nucleares, o avanço do imperialismo sobre a América Latina, o genocídio na Faixa de Gaza e no Sudão, onde já se estima dezenas de milhares de mortos, sendo metade crianças, e por cima de tudo isso a guerra comercial dos EUA com a China, mostram até que ponto o imperialismo pode chegar para manter sua dominação de classe burguesa sobre a maioria da população mundial. A eleição de Donald Trump nos EUA deu novo fôlego às tendências mais reacionárias da burguesia mundial.

O mais grave da situação é que toda essa tendência destrutiva acontece simultaneamente ao maior grau que já se chegou na crise de direção revolucionária do proletariado. O fim da URSS, em 1991, indicou o grau de retrocesso na organização e luta revolucionária da classe operária mundial. De um lado, as traições da burocracia stalinista, e, de outro, as ações do imperialismo interromperam a transição do capitalismo ao socialismo iniciada na Revolução Russa de 1917. Hoje o proletariado está diante de uma brutal crise do capitalismo, porém sem poder contar com uma organização de luta internacional, e com uma profunda fragmentação nas correntes políticas que se reivindicam da revolução socialista. Esse é um dos maiores problemas que a classe operária e demais explorados têm de enfrentar e superar.

A crise de direção geral do proletariado se manifesta nas mais diferentes lutas. Assim é no caso do movimento negro organizado, que no Brasil segue profundamente atrelado ao governismo petista, orientado pela ideologia identitária, o que afasta as massas negras da organização e da luta revolucionária contra a burguesia e seus governos, única forma de dar um curso progressivo à luta contra a opressão racial, que nada mais é que uma manifestação particular da opressão de classe. Sem uma direção classista e revolucionária, as massas negras seguem como reféns das mais diferentes variantes da política burguesa. Defendemos firmemente a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário por encarnar o programa da revolução social, que porá fim a todo tipo de opressão e de discriminação, entre elas a dos pretos que suportam historicamente todo tipo de violência de classe.

Um exemplo recente dessa crise está na resposta dada pelos grupos organizados no movimento negro à maior chacina da história brasileira promovida no final de outubro pela polícia de Cláudio Castro, no Rio de Janeiro. O massacre nos complexos do Alemão e da Penha deixou um rio de sangue das mais de 120 pessoas assassinadas. Maior que o massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 presos foram assassinados brutalmente pela polícia do então governador Fleury, esse caso só contou com algumas manifestações exigindo justiça e cobrando o conivente governo Lula a se pronunciar. A fila de dezenas de corpos expostos na Praça São Lucas, na Penha, parece não ter sido suficiente para superar a política governista e eleitoreira das direções políticas que reivindicam a luta dos trabalhadores.

Esse acontecimento trágico não é um caso isolado. Em 2024, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apurou que 703 pessoas foram mortas pelas ações policiais no Rio de Janeiro. Esse número ostenta a maior média nacional de mortos pela polícia, que foi de

6.243. Como se vê, as matanças nas favelas se tornaram uma constante, sem que o Estado consiga conter o avanço do narcotráfico.

A necessidade exigia uma ampla campanha dos movimentos, sindicatos e centrais sindicais contra a violência policial, vinculando a matança no Rio de Janeiro com as necessidades mais sentidas dos trabalhadores, principalmente dos morros e favelas onde a maioria vive na informalidade, no desemprego, nas condições de fome, miséria e insalubridade. A ausência de uma resposta contundente do movimento revela que estão orientados em alguma medida pelos editoriais dos jornais burgueses que correram para justificar o massacre como uma necessidade urgente no combate às drogas e ao narcotráfico.

A burguesia narcotraficante, com seus vínculos com a Faria Lima, saiu - e sempre sai - intacta da operação no Alemão e na Penha, só preto, pobre e favelado foi assassinado, e não poucos com

requisitos de crueldade. Mais uma vez a “guerra às drogas” não passou de guerra aos pobres, executada pelo braço armado do Estado. A subordinação de uma fração vende-pátria da burguesia brasileira é tão flagrante que está apoiando o enquadramento das facções como narcoterroristas, o que abriria caminho para intervenções estrangeiras no país, tal qual está acontecendo neste momento na Venezuela com o cerco dos Estados Unidos.

A resposta do governo federal foi miserável. Além das declarações genéricas e sem nenhum efeito prático, só condenou o massacre depois que a ONU se pronunciou. Lula não teve nenhum problema em sancionar o Projeto de Lei Antifacção de Sérgio Moro, que criminaliza aqueles que obstruem as investigações e protege as autoridades envolvidas. Essa medida mascara a impotência do Estado e da burguesia em enfrentar as reais causas da criminalidade.

Isso explica a ausência de um movimento de resposta à maior cha-

cina já ocorrida no país, o papel conivente do Governo Federal deixa as organizações governistas de mãos e pés atados. A tarefa imediata então se transforma na necessidade de superação dessas direções. O ponto de partida é a organização nas fábricas, escolas, universidades, bairros e favelas dos comitês de luta com independência política e organizativa. É preciso lutar nas bases operárias e populares para que os sindicatos rompam com os governos e se lancem na organização do movimento das massas exploradas, oprimidas e discriminadas. É preciso organizar a luta com os métodos próprios de ação direta coletiva e com um programa próprio da classe operária e da maioria oprimida que responda ao avanço da barbárie social. Eis alguns pontos desse programa:

- 1) redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho;
- 2) salário mínimo de acordo com as necessidades da família trabalhadora;
- 3) combinação do trabalho com os estudos;
- 4) moradia a toda família trabalhadora condizente com as necessidades da existência humana;
- 5) saúde e educação a todos garantida pelo Estado;
- 6) Fim de toda discriminação racial e sexual – empregos a todos, trabalho igual salário igual.



Nesse terreno, está posta a luta:

- 1) pelo fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização;
- 2) pelo fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção;
- 3) por um sistema único de saúde e educação público, sob o controle de quem trabalha e estuda;
- 4) pelo não pagamento da dívida pública e canalização dos recursos para realizar reformas verdadeiramente populares;
- 5) fim da polícia militar voltada a reprimir os pobres e miseráveis;
- 6) garantia à população trabalhadora de organizar a sua auto-defesa.

Esse conjunto de reivindicações só pode se materializar através da luta de classes, com uma organização própria e independente do proletariado, unificando a maioria oprimida. A juventude, sobretudo a operária, ganha maior importância para erguer o partido da revolução social e as organizações coletivas de combate, diante de acontecimentos como os ocorridos nos Complexos do Alemão e Penha. Trata-se de elevar sua compreensão política e a consciência da luta de classes. A catástrofe vivida por milhões de jovens somente poderá ser enfrentada com o programa da revolução social. Para isso, insistimos que é preciso impulsionar o desen-

volvimento do Partido Operário Revolucionário em todo o país, desde as fábricas, favelas e escolas. O partido transforma o instinto de revolta em luta organizada e consciência de classe.

Nenhuma ilusão nos governos burgueses, seja de esquerda ou direita. Nenhuma ilusão na justiça burguesa, que só serve para garantir a dominação de classe dos ricos e poderosos. Nenhuma ilusão eleitoral, que só serve aos interesses de dominação da burguesia e no fortalecimento das ilusões democratizantes no capitalismo.

Que esse 20 de novembro sirva como um ponto de partida para organizar uma luta nacional contra a violência policial, unificando essa reivindicação com aquelas que defendem a sobrevivência da maioria, os empregos, os salários e os direitos. Que os sindicatos e centrais saiam da passividade e do governo e organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, e que organizem um Tribunal Popular, para investigar, julgar e punir os crimes de classe da burguesia contra a maioria trabalhadora, em especial contra os pretos e pobres do país.

A defesa da construção do Partido Operário Revolucionário e da revolução proletária internacional é a linha estratégica que unifica e dá curso à luta imediata nesse 20 de novembro e daqui por diante.

Lutemos contra a opressão capitalista sobre as massas negras e brancas, sob o programa e a estratégia da revolução proletária.

Acabar com a discriminação racial por meio da luta de classes!

São Paulo

Marcha da Consciência Negra em SP esteve marcada pelo burocratismo e pelo governismo das direções do movimento negro organizado

A Marcha da Consciência Negra em São Paulo foi marcada pelo burocratismo e pelo governismo, portanto, não serviu para organizar a luta necessária contra a violência policial, contra as chacinas promovidas pelo Estado, contra a miséria e a fome que afetam milhões de trabalhadores no país, a grande maioria pretos e pretas.

O burocratismo já se manifestou na ausência de um chamado amplo e aberto para a construção da manifestação, como aliás aconteceu em muitas outras edições da Marcha. Nesse ano, as organizações do movimento negro, sendo as principais o MNU, UNEAFRO, CONEN e UNEGRO, realizaram uma preparação semi-secreta, só liberando para os demais partidos e organizações um cronograma pronto e acabado. O documento já trazia a orientação de que apenas entidades que organizaram a marcha teriam espaço de intervenção no carro de som. Estava claro o caráter que a manifestação tomaria: culturalista e governista. As únicas organizações sindicais que estavam listadas para fazer intervenção eram a Apeoesp e a CUT, ambas dirigidas pelo PT. No documento ainda era possível verificar que das cinco horas reservadas para a atividade a maior parte do tempo era para atividades culturais. Um grande número de parlamentares teve espaço na Marcha.

A necessidade de organizar uma manifestação controlada, permitindo apenas as intervenções dos grupos aliados, está em relação direta com a defesa do governo e de uma orientação que se volte completamente para as eleições do ano que vem e para a pressão parlamentar em favor de propostas apoiadas por esses



mesmos grupos. Isso ficou claro com as muitas intervenções que defenderam a PEC 27.

A manifestação marchou da Av. Paulista até o Teatro Municipal, local de fundação do MNU em 1978. O POR participou com seu manifesto, bandeiras e palavras de ordem que chamaram a atenção daqueles que estavam no ato e nas calçadas.

PEC 27/2024 - Reparação histórica

A PEC 27/2024, que tramita na Câmara propõe a criação do Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igual-

dade Racial, com o valor de R\$ 20 bilhões, foi amplamente defendida pelas organizações do movimento negro na Marcha. Estabelece-se a nova panaceia do movimento negro. Tal qual o Estatuto da Igualdade Racial e a política de reparação por cotas, essa PEC surge, nas palavras do movimento, como a solução para o problema racial no Brasil. Tal como as outras duas propostas redentoras, essa atual não deve modificar as estruturas materiais do racismo no país, afinal não modifica em nada o problema da propriedade, da exploração do trabalho e do Estado, fontes últimas de sustentação da histórica opressão racial brasileira.

A PEC, atualmente na instância de uma Comissão Especial para avaliação da proposta, propõe a criação de um fundo de R\$ 20 bilhões (1 bilhão por ano), para promover a reparação econômica da população negra. O investimento no fundo não será apenas público, mas aberto para empresas nacionais e internacionais, além de receber investimento de indenizações de empresas que lucraram com a escravidão e doações de outras entidades privadas. Criação do deputado Damião Feliciano (União-PB), a PEC tem a relatoria de Orlando Silva (PCdoB-SP), e propõe diversas ações de investimento na população negra, a mais citada nos jornais e na Marcha foi a de investir no empreendedorismo negro.

Certamente, para ser aprovada na Câmara em dois turnos e depois no Senado, a proposta vai ser deformada. Mas desde já é possível analisar suas premissas básicas, como a ideia de que a reparação poderia vir pela criação de um capitalismo negro, onde os pretos e pretas se tornariam os patrões, os empreendedores desse suposto capitalismo reformado. Nada mais falso. Ainda que uma pequena parcela possa ser beneficiada através de políticas afirmativas, as estruturas sociais que garantem e mantêm a opressão racial não serão modificadas, pelo contrário, propõe-se que o próprio Estado burguês racista promova o fim do racismo. A aliança com setores da burguesia na proposta, inclusive, como foi bastante enfatizado por Orlando Silva, com os investimentos internacionais, indica a conciliação de classes como premissa da PEC.

Na Marcha, a orientação daqueles que discursaram em favor da PEC foi a de que era preciso pressionar os parlamentares para votar a favor. Eis aí a explicação do controle burocrático da Marcha, não poderiam permitir intervenções críticas à proposta reformista do movimento negro.

O racismo é estrutural. Essa definição é comum à praticamente todos do movimento negro e está correta, o problema é que a resposta ao racismo estrutural não é a derrubada completa da estrutura que sustenta, organiza e promove o racismo, mas a reforma de aspectos particulares dessa estrutura. Acreditam ser possível

criar um capitalismo inclusivo aos negros. Ou seja, uma resposta incoerente com a definição inicial.

Para os marxistas, pelo contrário, o problema racial é uma manifestação particular da opressão de classe, que no Brasil, onde a escravidão foi a base da acumulação primitiva capitalista, essa manifestação

de classe ganhou proporções gigantescas. A realidade mostra isso com clareza nos dados sobre o desemprego, salários, moradia, violência policial, encarceramento etc., onde as massas negras suportam o maior peso dessa opressão. Não bastasse a opressão histórica, as recentes contrarreformas aprovadas nos governos de direita e extrema-direita de Temer e Bolsonaro, e

mantidas no governo Lula, afetam sobremaneira os trabalhadores negros. O governismo do movimento negro faz com que defendam um governo que na prática é de continuidade dos anteriores na política econômica. Governo esse que no dia da Consciência Negra elegeu para a vaga no STF um juiz branco, frustrando mais uma vez as ilusões reformistas do movimento, que exigia de Lula a indicação de uma mulher negra para o cargo.

A resposta, portanto, não pode vir senão pela luta de classes, nas lutas táticas que conduzem à estratégia de superação revolucionária do capitalismo. Na base de todas as manifestações de opressão racial, inclusive as ideológicas, está a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho. É aí que a burguesia garante sua dominação de classe e manutenção de uma massa de miseráveis, que no Brasil é de maioria preta. Sem modificar essa estrutura as massas negras seguirão como massa de manobra dessas direções com suas supostas propostas redentoras. O Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas não fizeram mais do que ampliar algumas concepções da burguesia para uma pequena parcela de negros. A situação geral das massas permanece a mesma, senão pior.

Enquanto as massas negras não se levantarem contra essas direções conciliadoras que desviam a luta contra a opressão racial para o campo burguês do parlamento e do Estado, seguirão reféns da politicagem burguesa e das falsas saídas.

Pan-africanismo deformado

E por falar em falsas saídas, cabe uma breve menção para um grupo que participou da Marcha com a bandeira: “Menos Marx, mais Garvey”, uma das faixas mais fotografadas no ato.

A crise de direção é profunda e conduz a todo tipo de confusão e desvio. O grupo, que aparentemente tem crescido no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, reivindica a linha política de Marcus Garvey, um pan-africanista jamaicano, que desenvolveu sua política de “retorno para a África” a partir dos EUA nas primeiras décadas do século XX. Mesmo sem nunca ter pisado na África, defendeu a unificação política do continente e migração dos negros das Américas e Europa para lá.

O pan-africanismo como linha política está superado historicamente, mas a profundidade da crise de direção faz com que ressurgam grupos que o reivindiquem e introduzam uma série de confusões no movimento. Fazem ressurgir um pan-africanismo deformado. Outro cartaz do grupo dizia que Marx era racista. Com isso, esse grupo prestou na Marcha um inestimável serviço para a burguesia. Não bastasse essas faixas e cartazes, o grupo percorria o ato entrando no meio dos blocos dos partidos marxistas numa clara demonstração de provocação. Quando fizeram isso entre os militantes do POR foram logo expulsos.

Essa breve consideração só tem sentido aqui para demonstrar o grau de desenvolvimento da crise de direção. Grupos como esse,





sem programa, que tentam ressuscitar cadáveres políticos, não têm como se manter por muito tempo na luta de classes. Ainda mais quando se apoiam na tática de crescimento através de provocações e postagens dessas provocações nas redes sociais, que aliás é a mesma tática de crescimento dos bolsonaristas e direitistas do MBL, por exemplo.

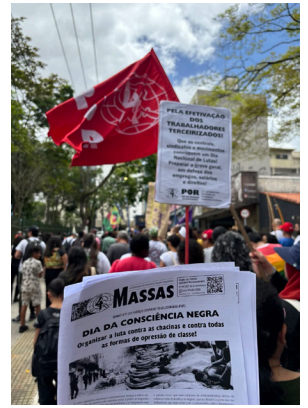
São Paulo - ABC

POR participa da Marcha da Consciência Negra de São Bernardo do Campo

No dia 20 de novembro, o POR participou da Marcha da Consciência Negra de São Bernardo do Campo, com suas bandeiras, banca de materiais, pronunciamento e distribuição do manifesto “Dia da Consciência Negra: organizar a luta contra as chacinhas e contra todas as formas de opressão de classe!”. Reunindo ativistas

de diversas organizações e projetos, a marcha ocorreu na região central da cidade, seguindo da sede do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) à Praça da Matriz, onde se deram os pronunciamentos.

O pronunciamento do POR foi guiado pelo Manifesto do partido e, nessa direção, ressaltou a brutal violência sofrida pela população negra, mostrando que se trata de uma política estatal, não apenas governamental, que é fundamental unir as massas oprimidas em torno a um programa próprio de reivindicações para combater o racismo e o capitalismo. Nossa intervenção ganhou a atenção de diversos manifestantes, que adquiriram os materiais e elogiaram nosso pronunciamento.



Pernambuco

Semana de “Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça” dos Institutos Federais

Não esteve à altura de aprovar um programa de luta contra a violência e contra os crimes da burguesia

Entre 11 e 13 de novembro, ocorreu em Recife a Semana de “Reflexões sobre Negritude Gênero e Raça” dos Institutos Federais (SERNEGRA), que este ano foi organizado Instituto Federal de Pernambuco. O tema do evento foi “Mulheres Negras e Democratização do País”. Entre a programação, destacamos: a denúncia do racismo; defesa das políticas afirmativas; palestra sobre educação antirracista; mesa sobre democratização, com participação de Dani Portela, deputada estadual de Pernambuco/PSOL (sob o chamado: “vote em negra”); roda de conversa sobre economia solidária e roda de conversa com sindicato das empregadas domésticas. O evento é parte das atividades do mês da consciência negra dos IFs, contou com o chamado aos movimentos populares e sindicais. Essa atividade ocorreu após duas semanas da chacina do Rio de Janeiro, mas não foi utilizado como espaço de denúncia desta barbárie.

Foi um evento institucional, com apoio (inclusive financeiro) e participação do Sindsifpe (Sindicato dos servidores do IFPE), que um dia após a chacina divulgou uma moção condenando à chacina. Foi um espaço que reuniu estudantes, servidores e pessoas de outros estados. Em algumas atividades, os participantes expressaram as dificuldades dos Núcleos de Extensão atuarem nos IFs por falta de recursos, além da carga horária de trabalho que impossibilita o desenvolvimento dos grupos de estudos e pesquisas que fortaleçam a luta contra o racismo, a violência contra as mulheres e população LGBT. Mas, não houve uma conclusão que levasse à necessidade da luta pelo orçamento institucional e pela redução da carga horária (como a de 30 horas para os TAEs, que foi acordada para o fim da greve, mas não foi cumprida até hoje).

A fala da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) expressou as dificuldades em avançar a aplicação da legislação que defende as domésticas, mesmo sob o governo Lula. Houve denúncias como: de empregadas que sofrem abuso sexual dos patrões, e do grande apelo à política do “cuidado”, enquanto elas não conseguem tempo nem salário para cuidar de seus filhos. A Pró-reitora de Extensão do IFPE procurou defender as ações do governo Lula, apontando o programa “Mulheres Mil”, mas mesmo o programa foi questionado pela representante da Federação. O fato é que a realidade das empregadas doméstica é

resquício da escravidão e que a burguesia não pôde e não poderá resolver essa chaga do capitalismo.

O evento foi importante para a discussão sobre os problemas enfrentados pelos negros, que representam a maioria explorada no Brasil. No entanto, esteve limitado à política reformista, que mantém a defesa da representatividade e “empoderamento” individual e da reparação histórica. A atividade foi incapaz de fazer o vínculo da violência à população negra com a chacina do Rio de Janeiro, que está sendo exaltada pela ultradireita como forma de combater o narcotráfico. O que evidencia os limites da defesa da democracia burguesa pelas correntes reformistas, que mesmo numa conjuntura de ataque à vida da maioria explorada, ainda organiza eventos para tratar da pauta racial destacando que a saída são as eleições burguesas.

A Corrente Proletária/POR atuou com a banca, com o manifesto contra a chacina do Rio de Janeiro e com a divulgação dos materiais que respondem às opressões e que defendem o programa da revolução social como a única via de erradicar o racismo. Houve uma boa aproximação e interesse de estudantes que moram em regiões mais afastadas, como no sertão do estado de Pernambuco, que levaram o jornal Massas 752, que traz na capa traz a denúncia à chacina do Rio de Janeiro e defende os tribunais populares para julgar os crimes da burguesia; adquiriram o livro “A resposta marxista às opressões” e o folheto sobre a Lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Para combater o avanço da ultradireita é preciso que a vanguarda defenda o programa da revolução social. Nesse sentido, a atividade não impulsionou a unidade dos oprimidos contra os opressores. Não se colocou contra a punição aos crimes da burguesia, permanecendo na esfera da indignação, do enaltecimento de casos de sucesso individual e, sobretudo, reforçando as soluções no campo da democracia burguesa, das eleições. A Corrente Proletária, ao contrário, denunciou os crimes da burguesia sobre os negros e a juventude pobre em geral. Defendeu que as centrais, sindicatos e movimento se coloquem pela constituição de um Tribunal Popular para julgar e punir os responsáveis pela matança e violência sobre a maioria negra, principalmente.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Novembro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



São Paulo - Boletim Nossa Classe

Salário não é renda! Nenhuma cobrança de Imposto de Renda sobre os salários!

Lutemos por um salário mínimo vital que seja suficiente para manter a família trabalhadora!

No dia 05/11, o Senado aprovou a proposta do governo Lula de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e reduz parcialmente o tributo para quem ganha entre 5000,01 e 7.350,00. Apesar de passar a taxar em 10% a renda dos superricos obtida a partir dos dividendos, a medida inclui uma série de exceções como a renda obtida por meio de heranças e doações, rendimentos de poupança, imobiliários e agronegócio, entre outros.

Tal mudança não irá beneficiar em nada os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês. A grande maioria dos trabalhadores, cerca de 74,5% da população "ocupada" recebe até 3.036,00 reais (e já está atualmente isenta). Bastam esses dados para desmascarar a demagogia de Lula e Haddad de que o Brasil estaria alcançando mais "justiça tributária" e se tornando "um país mais justo". Na prática, está claro a manobra eleitoreira do governo em oferecer uma migalha a um segmento da classe média arruinada pensando na eleição do próximo ano. O teatro entre governo

e Congresso em torno da isenção do imposto de renda esconde a real situação de que a maior parte da carga tributária recai sobre os mais pobres na forma de impostos indiretos sobre o consumo.

O Boletim Nossa Classe chama os explorados a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios pela bandeira de nenhuma cobrança de Imposto de Renda sobre os salários, juntamente com as bandeiras de não pagamento da dívida pública, emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, um salário mínimo vital (R\$ 7.526, segundo cálculos do Dieese), que seja suficiente para manter a família trabalhadora e reajustado automaticamente, aumenta os preços, aumenta os salários. Com essa luta poderemos desmascarar a política pró-capitalista do governo Lula e do Congresso e preparar os trabalhadores para enfrentar o Estado burguês e o sistema capitalista em decomposição.

DENÚNCIA - Boletim Nossa Classe

Volks com apoio da burocracia coloca trabalhadores em lay-off e tira o couro dos que ficam na produção

Um operário da Volkswagen denunciou ao Nossa Classe que, devido ao aumento da produção, a Volks está convocando os trabalhadores para trabalharem dois sábados adicionais como horas extras e, ao mesmo tempo, colocou mais de 100 trabalhadores em lay-off, ou seja, uma parte dos trabalhadores está em casa com o contrato suspenso, recebendo 82% do salário, com a corda no pescoço ameaçados de perder o emprego, enquanto a empresa tira o couro dos que estão na produção. O companheiro denunciou os baixos salários pagos aos novos contratados. Enquanto os operários efetivos do grau 6 recebem R\$ 7.235,49, o salário inicial de um contratado é de apenas R\$ 2.367,69. Informou, ainda, que segundo o próprio sindicato cerca de 60% dos trabalhadores da ala 14 (montagem final) adquiriram doenças ocupacionais, devido ao ritmo acelerado da produção. Isso explica porque no último acordo feito com a Volks a direção traidora do sindicato incluiu uma cláusula que permite a empresa demitir trabalhadores lesionados, que não conseguem trabalhar em postos indicados pelos açougueiros do departamento médico da empresa.

A denúncia do companheiro confirma o acerto do POR e do Boletim Nossa Classe, que vem fazendo uma campanha permanente contra os acordos de demissão, terceirização, Banco de horas, redução de jornada com redução de salários, lay-offs, PDV's, que têm permitido a Volks e demais empresas aumentarem a exploração da força de trabalho, produzir mais com menos trabalhadores, reduzir custos e aumentar seu lucro.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Volks e demais empresas a construir urgentemente as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias para combater a política de conciliação e expulsar a burocracia do sindicato. Construir uma

direção revolucionária que organize a luta coletiva da classe operária contra as demissões e o fechamento de fábricas por meio da greve, da ocupação de fábricas, do controle operário da produção e da estatização sem indenização de todos os setores da indústria. Defender um sindicato que se coloque a serviço da estratégia da revolução e ditadura do proletariado, da luta pelo socialismo.



Rio Grande do Norte- Boletim Nossa Classe - Intervenções do POR no movimento operário

Campanha salarial das costureiras do RN

Que o Sindicato das Costureiras (SINDCONFECÇÕES) convoque as assembleias nas portas das fábricas para aprovar a pauta de reivindicações e a organização da luta!

Os trabalhadores(as) da indústria do vestuário (confeções) têm sofrido com baixos salários e com condições de trabalho degradantes. O salário, bastante corroído pela inflação, não é suficiente para pagar as contas de energia, aluguel, alimentação, transporte, despesas com saúde etc. Além disso, a categoria sofre com metas abusivas e com jornada de trabalho exaustiva. Basta de exploração!

É preciso uma verdadeira campanha salarial dos trabalhadores das confeções. Sem luta, toda negociação acaba em derrota. É preciso organizar uma campanha salarial, que inicia com a convocação das assembleias nas portas das fábricas, paralisações e a possibilidade de uma greve, caso os patrões não atendam as reivindicações.

Que o Sindicato das Costureiras (Sindconfeções) organize assembleias na porta das fábricas para aprovar uma pauta de reivindicações por melhores salários e condições de trabalho! Eis algumas das reivindicações elementares: por um piso salarial vital, suficiente para as necessidades da família operária; fim das metas abusivas; nada de banco de horas; contratação de mais trabalhadores; redução da jornada, sem redução do salário; por uma creche próximo ao local de trabalho; proteção às mães operárias; pelo pagamento e aumento do vale-alimentação!

Costureiras da Fábrica Fio a Fio Beach sofrem com metas abusivas e descontos de atestados

O Boletim Nossa Classe recebeu denúncias da fábrica de confeções da Fio a Fio Beach (Natal/RN) de que a empresa estabelece metas abusivas e, como se não bastasse, agora está descontando os atestados na produção. Com um atestado, a empresa já desconta 20% da produção. Com dois atestados, a empresa desconta 50% da produção. E com três atestados, a empresa retira toda a produção.

Trata-se de mais uma ofensiva patronal contra as condições de vida das costureiras. Com isso, as trabalhadoras perdem o direito até mesmo de ficarem doentes sem serem penalizadas.

É preciso fortalecer a união entre as operárias e constituir as comissões de fábricas, classistas, para defender os direitos e condições de trabalho. Pelo fim das metas abusivas; contratação de mais trabalhadores. Nada de descontos na produção em virtude de atestados. Por um salário mínimo vital!

Pernambuco

Debate junto aos metroviários – Recife

Tática, estratégia e métodos na luta contra a privatização

No dia 12 de novembro, foi realizado o debate “Tática, estratégia e métodos na luta contra a privatização” no Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (Sindimetro). A atividade foi planejada em um encontro promovido pelo Boletim Nossa Classe e incorporada pelo sindicato. Na mesa, estavam uma representante do Boletim Nossa Classe, um diretor do Sindicato e um metroviário aposentado d’O Trabalho, que tem uma fala bastante crítica em relação à traição de Lula, embora misturada com ilusões. No público presente, estavam diretores do sindicato, metroviários da ativa e aposentados, urbanitários, estudantes e militantes do POR, PSTU e CSP-Conlutas.

O debate ocorreu uma semana após o encerramento da greve dos metroviários. A fala do Boletim Nossa Classe partiu da análise das linhas que disputam os rumos do movimento. Reproduzimos a fala de maio de 2022, na assembleia, em que mostramos que a linha do eleitoralismo e confiança na institucionalidade levaria à derrota, sendo necessária uma linha de independência perante a burguesia e seus governos e forjando a unidade dos trabalhadores. Nessa ocasião, as assembleias de metroviários chegaram a agregar 700 trabalhadores, metade da categoria. Hoje há uma queda na participação nas assembleias e também na greve. Procuramos refletir sobre o quanto as ilusões na via eleitoral foram seguidas de desilusões e as divisões na categoria entre setores administrativos e proletarizados e de gerações também foram aprofundadas, com promessas de acordos especiais para absorver principalmente os setores administrativos em outros órgãos da administração pública. É notável que o abandono das centrais/sindicatos pela defesa do emprego e do salário afeta a confiabilidade e motivação de luta dos trabalhadores.

Avaliamos que apesar da importância das greves de 2023 e 2025, as centrais não agiram para quebrar o isolamento, por conta

do governismo e que ainda é necessário adotar uma linha política de independência, sem subordinar os métodos de ação direta (greves e manifestações) à institucionalidade (pressão parlamentar e meios jurídicos). Denunciamos a ação antissindical da empresa de ameaçar a categoria com multas e o papel da Justiça do Trabalho em quebrar a greve. As Centrais sindicais não fazem a campanha pela defesa do direito irrestrito de greve e as burocracias sindicais usam a pressão jurídica para conter o movimento.

Entre os comentários trazidos pelos participantes, nota-se a dificuldade em não reconhecer o governo Lula-Alckmin como um inimigo, reafirmando a visão de que Lula ainda está ao lado dos trabalhadores e, com a pressão “adequada”, irá interromper o processo de privatização.

Partindo da fala da diretoria na assembleia que encerrou a greve, defendendo que seria uma suspensão por 30 dias e até mesmo um meio de “tomar impulso”, indicamos que em uma semana o processo de privatização avançou, com a visita de investidores chineses e com a criação de uma sala de transição na sede da CBTU junto ao governo do estado de Pernambuco. A estadualização é a antessala da privatização. Mostramos que a retomada da greve é necessária, porém, não houve sinalizações de preparação de retomada por parte da diretoria.

Consideramos importante a realização da atividade do Boletim Nossa Classe no espaço do sindicato e o fortalecimento do vínculo do boletim com um setor classista e combativo da categoria. Manter a coesão e atividade militante organizada de uma fração da categoria é uma necessidade para que tenhamos melhores condições de fortalecer a luta contra as privatizações e em defesa dos empregos.

Nota do Boletim Nossa Classe

O que tem levado à queda do número de trabalhadores sindicalizados

A quantidade de trabalhadores que se filiam a um sindicato sempre foi muito pequena no Brasil. Em 2012, o IBGE iniciou a publicação das taxas de sindicalização, envolvendo empregados e empregadores. Nesses últimos doze anos, o percentual mais alto foi o de 2012 com 16,1%. No entanto, é fato que após a implementação da Reforma Trabalhista, a queda foi vertiginosa. A pesquisa realizada em 2024 assinala que o número de sindicalizados é o terceiro menor desde o início do levantamento. Embora tenha sido um pouco maior que em 2023.

Apesar do crescimento do número de empregados, portanto da queda no desemprego, dos 101,3 milhões de pessoas com trabalho formal e informal, em 2024, apenas 9,1 milhões eram filiados a um sindicato, ou seja, 8,9%. Dos sindicalizados, 67,4% possuíam mais de 40 anos. Os trabalhadores jovens, até 29 anos, são os menos sindicalizados. É no setor público que se encontra o número de filiados sindicais.

Na pesquisa, não encontramos a quantidade de trabalhadores aposentados que continua vinculada aos sindicatos. Tudo leva a crer que boa parte dos filiados está entre os aposentados. Para citar um exemplo, no sindicato dos professores de São Paulo (Apeoesp), dos 140 mil sindicalizados, 64 mil são aposentados. Dos sindicalizados que estão na ativa, a grande maioria possui mais de 40 anos.

Há fatores objetivos que mostram o crescente afastamento dos trabalhadores da organização sindical. Um dos principais foi a implantação da reforma trabalhista e a lei da terceirização, que já completaram oito anos. Por meio dessa contrarreforma, os contratos temporários e intermitentes ganharam força, juntamente com a terceirização. O trabalhador que perde o emprego formal recorre, necessariamente, ao trabalho temporário, ou é obrigado a buscar a informalidade. Isso fez com que nos últimos dois anos a taxa de desemprego se mostra baixa, mas ao mesmo tempo cresceu a informalidade. Esse trabalhador precário, terceirizado e temporário dificilmente se aproxima dos sindicatos, porque o tempo de permanência no mesmo emprego geralmente é pequena. No caso dos professores de São Paulo, o fenômeno é o mesmo. Os professores categoria O, que estão submetidos ao contrato temporário, que hoje corresponde a 54% da rede estadual, se recusam a se filiar

ao sindicato. Trata-se de um contingente que não tem nenhuma garantia de que permanecerá na rede.

Também, não menos importante, são os fatores subjetivos. A grande maioria dos sindicatos se encontra controlado por uma burocracia, seja de centro-esquerda ou de direita. Os sindicatos que representam os terceirizados são aparatos de fachada, não têm nenhum vínculo com os trabalhadores. O que impede que uma camada veja a necessidade de se filiar e lutar para expulsar essa camarilha. Os maiores sindicatos operários são controlados por burocracias incapazes de enfrentar o patronato. Adotaram a política de conciliação de classes e acabam sendo porta-vozes dos capitalistas e de seus governantes. Se mostraram impotentes em combater a reforma trabalhista e não movem uma palha diante do avanço da terceirização. Para isso, aboliram a democracia operária nas assembleias, das eleições e de todas as instâncias do sindicato. Uma juventude que se ingressou ao mercado de trabalho confundido o sindicato com a sua direção e, por isso, não vê sentido em se filiar e combater a burocratização.

A baixa sindicalização não é uma particularidade do Brasil. O retrocesso político e organizativo da classe operária e dos demais trabalhadores se acentuou após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu e com a liquidação da III Internacional e a dissolução da IV Internacional. No lugar de sindicatos de luta de classes, proliferaram o sindicalismo pró-capitalista. Hoje a Confederação Sindical Internacional (CSI) - resultado da junção, em 2006, da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) e da Confederação Mundial do Trabalho (CMT) - na qual a CUT e outras centrais brasileiras fazem parte, apesar do gigantismo em número de filiados, não passa de um aparato burocrático que serve ao capitalismo em decomposição.

Eis aí por que o Boletim Nossa Classe vem trabalhando para constituir uma vanguarda junto à classe operária, para que os sindicatos, a primeira escola política do proletariado, possam ser recuperados para a luta de classes, expulsando as camarilhas e colocando-os como instrumentos auxiliares do combate ao capitalismo e de defesa de uma sociedade sem exploradores e explorados.

São Paulo - ABC

GECO discute relação entre automação e condições de vida e trabalho

No dia 13 de novembro, o Grupo de Estudos da Cultura Operária discutiu a relação entre automação e condições de vida e trabalho. Além da leitura coletiva do relato publicado no Jornal Massas sobre o Encontro Operário do POR, o qual contém índices da desindustrialização do Brasil, houve a apresentação de dados e discussão sobre a situação dos trabalhadores nas fábricas, onde há uma intensa segregação entre os trabalhadores de setores diferentes.

No estudo, ficou claro que a automação é um processo inerente ao desenvolvimento das forças produtivas, mas que entra em

choque com as relações de produção capitalistas, por meio das quais a automação leva ao aumento do desemprego e não implica alívio para os trabalhadores empregados, pelo contrário, leva à sobrecarga e à pressão. Isso ocorre porque os capitalistas buscam aumentar suas taxas de lucro ao máximo, reduzindo gastos com força de trabalho, promovendo demissões e superexplorando os trabalhadores, por exemplo de países semicoloniais, ou de empresas terceirizadas.

Como exemplo desse quadro contraditório do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção foi citado que,

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE



mesmo com a crise econômica, o mercado automobilístico está com as vendas em alta puxada pela venda de automóveis para locadoras de veículos que, por sua vez, se destacam pelo crescimento do aluguel de veículos por ex-operários que buscam se reinserir no mercado de trabalho por meio de aplicativos de transporte.

Para impor as medidas de flexibilização capitalista do trabalho,

os capitalistas contam com o apoio das burocracias sindicais colaboracionistas, que negociam direitos, quando deveriam organizar a luta por um programa próprio, em defesa da escala móvel das horas de trabalho e dos salários, redução da jornada sem redução salarial etc. Nesse sentido, foi ressaltada a importância de construir as oposições sindicais independentes, classistas e revolucionárias.

Intervenção do POR na manifestação contra a COP30 em São Paulo

No dia 15/11, ocorreu em São Paulo uma manifestação contra a COP30, que se realizava em Belém do Pará. Contou com cerca de 500 pessoas. Essa manifestação teve especial importância diante do decreto da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), que preparou a repressão em Belém para que não houvesse protesto contra a reunião dos representantes da burguesia. O ato marchou da praça Roosevelt até a prefeitura e destacou a denúncia da exploração de petróleo na Amazônia como parte da destruição ambiental. A taxação de bilionários também fez parte das palavras de ordem.

Apesar da importância do protesto, diversos problemas mostram que sem uma direção revolucionária não será possível organizar uma verdadeira manifestação classista que seja capaz de se contrapor aos capitalistas, que avançam sobre os recursos naturais de forma destrutiva em busca do lucro.

O primeiro problema está na própria organização: a manifestação demorou 1h30 para começar e as falas foram sendo proteladas para o final do ato. Isso sem contar as diversas manobras burocráticas, como colocar o “Juntos” (que é o coletivo de juventude do MES/PSOL) para falar durante a marcha no bloco de movimentos e não de partidos, chegando ao ponto de se retirarem da manifestação antes mesmo de iniciar as falas de partido. Ou a perseguição ao POR, que foi o único a ter seu tempo de fala controlado, com um organizador do ato que faz parte da APR/PDT falando no megafone para encerrar a fala um minuto após seu início.

O segundo ponto fundamental está na divisão das lutas. A direção política (e mesmo os partidos de esquerda presentes) não colocou como uma necessidade para a vitória desse movimento a unificação das lutas. Pelo contrário, se esforça em separá-las; o que só serve para propaganda eleitoral e projeção de figuras e partidos, não serve, portanto, para conquistar as reivindicações pela força da luta nas ruas. Parte desse problema esteve expresso na ausência das centrais, sindicatos e suas bases de trabalhadores. Um exemplo categórico de como essa separação é forçada pelas direções está no fato de não haver nenhum tipo de organização dos operários petroleiros, afinal eles são parte importante da luta em contraposição à exploração capitalista do petróleo na Amazônia.

O POR esteve presente no ato denunciando o avanço da barbárie capitalista, da qual a destruição da natureza é parte. A burguesia é a responsável pela barbárie, que avança no capitalismo em decomposição, por isso seus organismos, como a COP30, são incapazes de dar uma solução ao problema do avanço da destruição da natureza. As guerras de dominação vêm avançando em toda parte para garantir o controle das matérias-primas pelas potências imperialistas. A recente chacina nas favelas do Alemão e Penha no Rio de Janeiro não pode ser separada do fortalecimento da repressão policial que é utilizada contra os movimentos, a exemplo da GLO em Belém durante a COP30.

Diversas falas denunciaram o capitalismo, mas em vez de levantarem a defesa da expropriação da burguesia, a palavra de ordem foi a da “taxação dos bilionários”. Somente o POR fez a defesa da unificação das lutas e a necessidade de levantar uma frente única anti-imperialista para conter o avanço da barbárie. Essa é a verdadeira base da luta concreta atual para fortalecer a luta de classes e implantar o socialismo, único sistema que permitirá o uso racional e planejado dos recursos naturais.

Pronunciamento do POR

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos aqui para denunciar o que ocorre na COP30. Sabemos que a burguesia se reúne para discutir demagogicamente como fazer o “desenvolvimento sustentável”, como “cuidar da natureza”, quando na verdade essa classe é a responsável pela destruição da natureza.

A destruição da natureza está ligada à barbárie que vem avançando. A Palestina é um grande exemplo disso. Aquela destruição da faixa de Gaza, com uma grande quantidade de bombas detonadas, também afeta o meio ambiente. É claro que nesse caso essa não é a principal questão, pois o principal é o genocídio que estamos vendo ocorrer lá, mas isso é um exemplo de como essas lutas estão conectadas.

Se queremos de fato fazer a defesa da natureza, temos de ir para as ruas e lutar contra a burguesia, tanto a burguesia nacional, como a burguesia internacional. O imperialismo está fazendo avançar a barbárie em todo o mundo. Os Estados Unidos acabaram de trazer para a América Latina o maior porta-aviões do mundo para ameaçar a Venezuela. Que questão progressiva a gente vai ter com a COP30 enquanto o imperialismo está avançando com as guerras?

A gente tem de organizar a luta conjunta contra a destruição da natureza. Unificar a luta dos movimentos sociais numa frente única anti-imperialista. Lutar contra o massacre dos povos indígenas; lutar contra a chacina que a gente viu no Rio de Janeiro; lutar contra o massacre na Palestina.

O capitalismo é um sistema econômico esgotado e só vamos conseguir de fato ter uma planificação da economia, que permita que usemos os recursos da natureza sem destruí-la, se destruirmos o capitalismo e implantar o socialismo, companheiros. Essa luta tem de ser uma luta unificada em defesa do socialismo. Viva o socialismo, camaradas!

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

O capitalismo avança na destruição da natureza, das fontes de riqueza e dos seres humanos



A posição crítica do POR diante da impostura dos ambientalistas e reformistas frente à crise climática



POR

Partido Operário Revolucionário



MASSAS

Rondônia

Prisão e perseguição dos lutadores que defendem o direito à terra

Liberdade imediata aos presos políticos

O governador e coronel Marcos Rocha, juntamente com o Ministério Público, a polícia militar e a polícia civil desfecharam o que denominaram “Operação Godos” contra os militantes e lutadores pelo direito à terra. As operações contra as lideranças dos camponeses pobres têm sido constantes em Rondônia.

A “Operação Godos” tinha o objetivo de reprimir o movimento camponês e prender suas lideranças. Chegou ao ponto de prender a advogada, Lenir Correia Coelho, que cuidava das defesas judiciais dos camponeses pobres. Além da advogada, foram presos Rubens Pereira Braga, Claudécir Ribeiro Silveira, Wemerson Marcos da Silva e Janaine Menegildo Zanella.

A imprensa local denunciou a presença de um político da extrema direita, que hoje é vereador e já administrou a cidade, que está movimentando recursos milionários com venda de terras, cujo crime é imputado às lideranças e militantes da Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

A Corrente Proletária (POR) denunciou a repressão implementada pelo governador aos lutadores. Divulgou um Manifesto junto aos movimentos sociais. Exigiu a libertação imediata de todos os presos da LCP. Propagandeou a aliança operária e camponesa para fazer frente aos capitalistas do campo e seus governantes e impulsionar a revolução agrária.



Rio Grande do Norte

Por um Congresso do Sinte-RN classista, que sirva para organizar a resistência e unificar o magistério

A Corrente Proletária (POR) intervém no Congresso do Sinte por meio de sua tese, boletins, jornal Massas e outros materiais partidários. O Congresso ocorrerá nos dias 22 a 23 de novembro, em Nísia Floresta.

O Congresso ocorre em meio a um conjunto de ataques aos trabalhadores em educação por parte dos governos, que precisam ser respondidos com luta. Nesse sentido, a Corrente Proletária denuncia a não revogação por parte de Lula do Novo Ensino Médio e a manutenção do valor do Piso do Magistério aquém das necessidades. Mostra os prejuízos com a implantação da PEC 38/2025 (Reforma Administrativa). Critica o governo Fátima (PT/MDB) por governar para as oligarquias do estado, de modo que os professores tiveram de arrancar a atualização do Piso com a greve, apesar de o pagamento do retroativo seguir indefinido; pelo avanço das Escolas de Tempo Integral; pela aprovação do novo PCCR dos funcionários de escola que mantém os baixos salários e a precarização; pelo aumento significativo da contratação de professores temporários, que têm sido massacrados pelo governo Fátima com o não pagamento do 13º e férias de 2024. E aponta a importância da unidade entre efetivos e temporários, por meio da bandeira de efetivação imediata de todos os professores contratados. Não menos importante, a Corrente Proletária está propondo mudança nos estatutos do sindicato, no sentido de incluir os professores temporários na base de filiação do sindicato.

No caso dos municípios, a situação é também de precarização. Em Natal, o ultradireitista Paulinho (União Brasil) tem privatizado a merenda e dado continuidade à política de arrocho salarial do magistério, que sofre com a fragmentação da categoria em três regimes (leis 058, 114 e 241), visando quebrar a unidade dos trabalhadores, atacar direitos históricos e precarizar ainda mais as condições de trabalho dos professores. Em São Gonçalo do Amarante, o prefeito Jaime Calado (PSD) tem realizado campanhas de difamação da categoria e impondo um arrocho salarial, sem repassar o piso na carreira. Além disso, tem imposto um odioso ponto eletrônico.

Diante dessa situação calamitosa, o Congresso do Sinte não pode ficar passivo e nem ser dominado pela política eleitoralista em torno às eleições de 2026. O que significa rejeitar a política da direção do Sinte-RN (PT), que é de conciliação de classes e de “pressão” parlamentar e institucional. Ao contrário, deve se apoiar na força coletiva dos trabalhadores da educação e de seus métodos de luta, que são as greves, manifestações de rua e ocupações.

Diante do avanço do intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina, com o cerco militar à Venezuela e Colômbia, o Congresso deve aprovar que as centrais, sindicatos e movimentos constituam a frente única anti-imperialista.

Reproduzimos abaixo parte do Plano de Lutas:

- a) *Independência político-sindical frente ao governo Lula/Alckmin, Fátima (PT/ MDB) e às prefeituras;*
- b) *Fim da fragmentação em três regimes (058, 114 e 241) do magistério de Natal!*
- c) *Recomposição imediata das perdas salariais!*
- d) *Pelo reconhecimento integral do 1/3 de hora-atividade! Planejamento em local de livre escolha do docente!*
- e) *Progressões automáticas, a cada 2 anos, a partir do ingresso no cargo!*
- f) *Jornada máxima de 20h, sem redução de salário!*
- g) *Abaixo a implantação do ponto eletrônico em São Gonçalo do Amarante!*
- h) *Pela redução da jornada sem redução de salários com a escala móvel das horas de trabalho (distribuição das horas de trabalho entre todos os aptos);*

- i) *Unificar os trabalhadores em torno de um Piso Salarial Vital (segundo o Dieese, R\$ 7.147,91)!*
- j) *Máximo de 25 alunos por turma (no ensino fundamental e médio); e não mais que 12 alunos na educação infantil!*
- k) *Fim da contratação temporária! Efetivação imediata de todos os professores temporários!*
- l) *Fim da terceirização! Efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados!*
- m) *Revogação das reformas trabalhistas e previdenciárias! Derrubar a PEC 38/2025 (Reforma Administrativa)!*
- n) *Fim do ensino a distância (EaD);*
- o) *Revogação imediata do Novo Ensino Médio (NEM)! Fim da Escola de Tempo Integral (ETI)!*
- p) *Expropriação da rede privada de ensino sem indenização! Por um sistema único de educação público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social, que una teoria e prática!*

Plenária da Fasubra aprova Plano de Luta com indicativo de greve nacional pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve de 2024

Segue posta a tarefa de construir a luta unificada em defesa de um programa próprio

A Plenária Nacional da Fasubra-Sindical ocorrida presencialmente em Brasília nos dias 15 e 16 de novembro aprovou o Plano de Luta construído pela Direção Nacional (DN) da federação em reunião realizada nos dias que antecederam à Plenária e que expressou um importante avanço político. O calendário envolve:

1) Dia Nacional de Luta, com atos regionais sincronizados às 14h do dia 04/12/2025 e paralisação de 48h contra a Reforma Administrativa e pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (IFEs) de 2024;

2) Plenária Nacional da Fasubra em dezembro (19) de 2025, em formato virtual, para debater o XXV ConFASUBRA, a princípio previsto para ocorrer em maio de 2026;

3) Plenária Nacional da Fasubra em 28/02 e 01/03 de 2026, em formato presencial, para avaliar o indicativo de greve nacional da federação a partir de 09/03/2026;

O centro dos debates na Plenária foi o calendário construído de forma unânime pela DN. Uma parcela dos delegados sindicais alertou quanto à possibilidade de votação da Reforma Administrativa Nacional ainda nos últimos meses de 2025. Considerando a ausência de indicativo de greve por outras entidades e a dificuldade de uma greve isolada da Fasubra no final do ano, restou a construção do Dia Nacional de Luta no dia 04/12 e o estado de alerta em relação à tramitação da Reforma Administrativa, cuja aprovação representará um golpe mortal aos TAEs e demais trabalhadores do setor público.

Outra parcela dos delegados, ligada aos coletivos Travessia (Resistência/PSOL) e TAEs na Luta (TnL), rejeitou o indicativo de greve nacional e chegou a declarar que a greve é uma política irresponsável que trará a extrema-direita de volta ao poder do Estado. Nessa direção, propuseram realizar o XXV ConFASUBRA em abril de 2026, quando se discutiria a greve. Na realidade, tal proposta de continuar adiando a discussão sobre o indicativo de greve con-



siderou o cálculo político de realizar o ConFASUBRA em abril de 2026, quando será implementada a segunda parcela da reposição salarial conquistada na Campanha Salarial de 2024, e o aumento no valor do Auxílio-Alimentação previsto no Termo de Compromisso de 2025, e, sobretudo, da maior proximidade com as eleições burguesas de 2026, como fatores que podem favorecer a política eleitoral do nacional-reformismo e enfraquecer a luta no campo da independência de classe.

Ainda que a deflagração da greve não seja certa, a indicação de uma data por uma instância nacional eleva o patamar de discussão. A rodada de assembleias de setembro de 2025, na qual 15 sindicatos foram favoráveis e 17 foram contrários à greve por tempo indeterminado a partir de outubro de 2025, já demonstrou uma importante disposição de luta da categoria, mesmo com direções burocráticas que traíram à última greve para blindar o governo

burguês de frente ampla. Agora, mais do que nunca, é fundamental fortalecer e generalizar essa disposição de luta. O que passa por construir a greve em cada local de trabalho, com atenção especial aos lugares com maior peso de forças governistas, que certamente atuarão para impedir a greve e/ou para contê-la nos limites do corporativismo.

Durante a Plenária, a Corrente Proletária/POR ressaltou a necessidade de construir uma greve unificada com outras categorias, inclusive lembrando que em 2024 a FENASPS realizou uma Greve Nacional exigindo do governo Lula o cumprimento integral do Termo de Acordo assinado em 2022 pelo governo Bolsonaro e, isoladamente, não conseguiu derrotar a intransigência do governo. Ao mesmo tempo, defendeu a aprovação do Calendário de Luta proposto pela DN, combateu a posição do Travessia/TnL, e apresentou as seguintes propostas para impulsionar a greve e a unidade grevista:

1) A FASUBRA orienta as entidades de base a realizarem assembleias entre a segunda quinzena de novembro e a primeira quinzena de fevereiro para construir a pauta de reivindicações da greve nacional de 2026;

2) Que a DN da FASUBRA-Sindical construa um quadro dos itens pendentes do Termo de Acordo de Greve, como a tabela única (nível E como referência), step constante, reposicionamento dos aposentados, racionalização dos cargos ocupados, RSC, 30h etc.;

3) Que a DN da FASUBRA-Sindical faça um chamado às centrais, entidades sindicais e estudantis nacionais, e fóruns nacionais, principalmente o FONASEFE e a Aliança das Três Esferas, para construir a greve nacional unificada por tempo indeterminado, pela reversão das contrarreformas;

4) Que a DN da FASUBRA-Sindical solicite ao Dieese um estudo atualizado das perdas salariais acumuladas da categoria TAE;

Como de costume, a mesa coordenadora da Plenária considerou parte das propostas da Corrente Proletária como desnecessárias, pois, supostamente, já estavam superadas (proposta 1) ou, supostamente, já estão em andamento (propostas 2 e 3). A admissão do estudo das perdas salariais acumuladas da categoria (proposta 4) foi decisiva e pode subsidiar a projeção da greve e da sua unificação, ainda que a mesa tenha pontuado que, devido ao Termo de Acordo, novas reivindicações remuneratórias estão suspensas.

Para a construção de um movimento consciente, é fundamental a discussão e construção da pauta pelas bases. Desde a última greve, os acontecimentos evidenciaram que diversas pautas foram deturpadas pelo governo e pelas burocracias sindicais, como é o caso da racionalização dos cargos, cuja concepção sindical de combate ao desvio de função e defesa da equiparação salarial foi substituída pela concepção estatal de extinção e terceirização de funções públicas consideradas de baixa complexidade, por meio da imposição de dois macrocargos e da determinação governamental em não só não recuperar funções/especialidades já vedadas e extintas, mas de avançar no processo de extinção.

Como se vê, uma greve consequente pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve dos TAEs de 2024 conduz ao enfrentamento às medidas de contrarreforma administrativa aplicadas diuturnamente pelos governos, em conluio com o sindicalismo colaboracionista. Dessa forma, segue posta a tarefa de construir a luta unificada em defesa de um programa próprio, conforme o POR defende junto ao proletariado fabril, através do Boletim Nossa Classe, e nas demais categorias. A Corrente Proletária seguirá empenhada para que a categoria retome a greve sob a política da classe operária, sintetizada na defesa dos empregos, salários e direitos e da constituição do governo operário e camponês por meio da revolução social.

São Paulo

Reunião de Representantes de Escolas aprovou a luta unificada e a convocação de assembleia

No dia 15 de novembro, ocorreu na subsede da Apeoesp, na Lapa, uma reunião de professores. Contou com três pontos: 1) exposições sobre o racismo, em que cada corrente pode se expressar. Nesse ponto, a Corrente Proletária frisou o racismo como opressão de classe, a defesa do programa operário contra todo tipo de discriminação e assinalou que sob o capitalismo não há como erradicar nenhuma forma de opressão, o que implica a defesa da estratégia da revolução social; 2) em relação ao plano autoritário e privatizante de Tarcísio contra a educação pública; 3) propostas e votação.

O objetivo central era o de reunir os representantes de escolas para aprovar os próximos passos da luta contra as medidas do governador Tarcísio de Freitas. Isso após meses de combate à decisão de Tarcísio/Feder de transformar 22 escolas regulares na região em PEIs de nove horas, com o fechamento do período noturno. Foram inúmeras reuniões nessas unidades de ensino, abaixo-assinado e atos, que obrigaram o governo a recuar na maioria delas. O que não significou que tenha abandonado o plano de fechamento de salas e, fundamentalmente, do noturno. Fez parte desse movimento a exigência do retorno dos professores afastados das salas de leitura e a luta contra a reorganização das escolas, ou seja, a divisão das escolas maiores, criando assim as condições para avançar a privatização da gestão escolar.

Em meio a esse turbilhão de medidas antieducacionais aos trabalhadores da educação e estudantes, Tarcísio acelerou o processo de avaliação punitiva, como instrumento de quebra de contratos dos professores da categoria O, determinando o seu afastamento

por até cinco anos e liquidando com uma conquista, que era a classificação dos professores unicamente por tempo de serviço.

LANÇAMENTO**R\$5****Adquira com o distribuidor do jornal Massas:****XXVIII Congresso da Apeoesp****Educação pública sob ataques dos governos****Lições e Tarefas do Movimento dos Professores****POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**MASSAS**
O JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA

Depois de muitas considerações e críticas à direção da Apeoesp por parte dos presentes, a proposta de convocação de assembleia estadual para o dia 28 de novembro, defendida pela Corrente Proletária/POR, conseguiu aglutinar as correntes de oposição, que inicialmente se colocaram por realizar apenas um ato em frente à Secretaria da Educação. Diante dessa situação, as correntes vinculadas à chapa da diretoria (Articulação, Resistência/PSOL e PCB) concordaram com a proposta de assembleia. No entanto, essa concordância era formal, pois rejeitaram que houvesse um dia de paralisação no dia da assembleia. A reunião acabou aprovando o dia 28 com paralisação.

Outros pontos foram aprovados, como a continuidade dos atos nos bairros contra o fechamento de salas, as PEIs e a reorganização e demais medidas punitivas de Tarcísio.

Os professores avaliaram positivamente a reunião. Trata-se de uma subsele dirigida pela Oposição, que tem se colocado contra

a passividade da diretoria da Apeoesp, que vem se recusando a convocar uma assembleia estadual para unificar o movimento. As medidas autoritárias e privatizantes de Tarcísio são dirigidas a todas as escolas do estado, mas as respostas do sindicato têm sido por região ou por escola. Esse caminho de fragmentar a luta não leva à derrota de uma política, que é centralizada. A experiência mostra que as vitórias locais, são transitórias.

A importância do RE da Lapa ter aprovado a convocação de assembleia é uma vitória política, diante de uma burocracia sindical cada vez mais comprometida em sustentar a governabilidade de Lula e em alimentar a ilusão em torno às eleições de 2026, ampliando as bancadas parlamentares e reelegendo o PT. E que diante de tamanha ofensiva de Tarcísio, retoma o velho discurso já esgarçado de que “o ano letivo não iniciará em 2026”. Ao contrário, a reunião da Lapa mostrou que a luta tem de ser agora.

São Paulo - Nota da Corrente Proletária da Educação

Tarcísio escancara seu plano de combate ao ensino público

Depois de cortar R\$ 10 bilhões de recursos da educação, de vender 33 escolas públicas, de expandir as PEIs, de instituir as Escolas cívico-militares, de fechar centenas de salas de aula, de transformar a EJA em ensino a distância, de tentar afastar os professores das salas de leitura, de quebrar contratos de professores da categoria O, de remover centenas de diretorias de escolas, de impor uma avaliação punitiva aos trabalhadores da educação, de determinar critérios de meritocracia e mecanismos de controle disciplinar aos professores para a atribuição de aulas e retomar o plano de Alckmin de reorganização das escolas, derrotado pela greve e pelas ocupações de escolas em 2015, o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas se volta contra o acesso dos estudantes ao ensino superior.

Como se vê, nenhum governador em três anos de governo fez mais que Tarcísio contra a educação gratuita no estado. Para isso, conta com dois secretários voltados a assegurar seu plano de governo: o secretário da Educação, Renato Feder, empresário vinculado às empresas de tecnologia, propulsor do ensino por meio das plataformas digitais e vendedor de escolas e gestões na Bolsa de Valores; e o secretário da Segurança, o sanguinário Guillermo Derite, um dos incentivadores da expansão das Escolas Cívico-Militares. Citamos dois secretários, mas Tarcísio se acha ancorado por uma cúpula privatizante, considerada como CEOs. A mesma que entregou a Sabesp, boa parte da CBTM e que avança na venda do que resta do Metrô. Como sustentáculo desse governo, se encontra a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa, pronta para avalizar tudo que vem do governo do estado.

Tarcísio - um político transportado por Bolsonaro para governar São Paulo, que compareceu com a máscara de “empreendedor” e avesso às disputas políticas - ganhou o apoio da burguesia, de parte da classe média e da imprensa monopolista. O que permite impor medidas privatizantes, autoritárias e punitivas sem que haja resistência. No dia 13 de novembro, desferiu um brutal ataque ao ensino superior público. Durante a inauguração da farsa das “Escolas Técnicas”, disse que o ensino superior vem perdendo importância na formação de profissionais para o mercado, porque os “empregadores” estão buscando “habilidades” e “competências”. Isso para convencer a juventude pobre a se contentar com as tais

escolas técnicas, onde parte das disciplinas são online. Esse é o governador que defende o ensino superior somente para os filhos da burguesia e da classe média abastada.

O fundamental está em que as direções sindicais, diante de medidas e depoimentos tão drásticos, se limitam à indignação, que é reproduzida nos sites dos sindicatos e centrais. Ou recorrem à Justiça na tentativa de conseguir liminares, que visam adiar essa ou aquela medida. Não por acaso, Tarcísio bate no peito de que em seu governo não ocorreu nenhuma greve de professores, nenhuma ação massiva de estudantes. A direção da Apeoesp, majoritariamente PT e PSOL, insiste nos movimentos por escola e por região, o que não têm força para se opor a um plano centralizado do governador ao estado.

A Corrente Proletária vem atuando junto às escolas no sentido de exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia, com paralisação, para impedir que Tarcísio siga em frente com o desmonte da educação pública.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Corrente Proletária na Educação

Balanco do 34º Congresso do SINPEEM



Mais um Congresso festivo, despolitizado, burocrático e desvinculado dos problemas reais da categoria

MASSAS

POR
Partido Operário Revolucionário

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Ceará

Início da campanha salarial 2026 da rede municipal



A campanha salarial 2026 da rede municipal de Fortaleza teve início dias 5 e 7 de novembro com a realização de zonais nas 6 regionais da cidade. Os zonais tiveram um comparecimento razoável e discutiram pontos para a pauta da campanha.

A iniciativa do Sindiute em convocar os zonais é positiva, uma vez que estes organismos tradicionais de base permitem – pelo menos em tese – captar diretamente as reivindicações da categoria e discutir mais democraticamente seus problemas. No último período, contudo, a democracia sindical tem sido restringida pela burocracia do Sindiute que tem substituído as assembleias por ‘lives’ da presidente, além de vetar que professores possam se expressar no carro de som em dias de ato.

Um problema particular diz respeito ao reajuste do piso salarial, cuja previsão para o próximo ano é de apenas 0,85% (segundo estimativas baseadas na fórmula atual do Fundeb, ou seja, na variação da VAAF do Fundeb) que serve de base para o piso nacional. A categoria está obrigada a lutar pela reposição das perdas salariais e por um piso salarial que cubra as despesas básicas de uma família trabalhadora (valor não inferior ao salário do DIEESE).

A Corrente Proletária na Educação/POR esteve nos zonais e vem visitando sistematicamente as escolas e panfletando seu boletim. Tem furado o cerco antidemocrático da burocracia sindical para defender a luta contra a reforma administrativa, a luta contra o ajuste fiscal da prefeitura petista e a denúncia do cerceamento das liberdades democráticas no Sindiute.

Que o magistério municipal se empenhe na campanha salarial que se inicia e que eleve sua consciência de classe para convergir sua luta econômica particular com a luta geral pela revogação das contrarreformas e pela independência de classe diante dos governos burgueses.

O documento abaixo foi apresentado na reunião da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pela seção brasileira. A questão da dissolução da IV Internacional e o processo de fragmentação em inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo está posta no terreno da luta pela reconstrução da IV Internacional. A leitura e discussão ponto a ponto permitiu que o documento fosse enriquecido por informações e experiências das próprias seções do CERQUI.

Ruptura da Organização Comunista Internacionalista (OCI) com a Internacional Comunista Revolucionária (ICR)

É necessário ir à raiz da fragmentação e dissolução da IV Internacional

Tomamos conhecimento da cisão por meio da “Declaração da OCI sobre a ruptura organizada pelo secretariado internacional da ICR” e da “Carta aberta a todos os camaradas brasileiros, assinada por Alan Woods, dirigente da ICR”. Trata-se de mais uma divisão, entre muitas, no campo das correntes que se reivindicam do trotskismo e da IV Internacional. Se se observar o percurso das divisões que se abriu na década de 1950 e se agravou nas duas décadas posteriores, a vanguarda revolucionária verá o quão prejudicial tem sido para a tarefa de superar a crise de direção, caracterizada e formulada nas primeiras linhas do Programa de Transição da IV Internacional, de 1938.

As seções da IV Internacional, que se constituíram sob o combate da Oposição de Esquerda Internacional, evidenciaram prematuramente a incompreensão histórica da crise de direção, que se abriu com a degeneração do Partido Comunista da URSS, do regime soviético e da III Internacional. As tendências e agrupamentos que se ergueram contra o revisionismo estalinista do marxismo-leninismo expuseram as dificuldades em compreender, assimilar e aplicar os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo nas condições em que o capitalismo da época imperialista gestava guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A cisão no Partido Comunista Russo foi traumática, exigindo de Trotsky e seus partidários da Oposição de Esquerda Russa demonstrarem o novo fenômeno da burocratização do Estado operário, exporem a emergência das forças sociais restauracionistas, responderem ao cerco do imperialismo à URSS e apresentarem uma diretriz assentada nos objetivos e nas ações voltados à revolução mundial.

A luta da fração revolucionária contra as tendências burocráticas e restauracionistas se deparou com a necessidade de desmontar os pilares do revisionismo estalinista que se manifestavam teoricamente na tese da possibilidade de desenvolver o “socialismo em um só país” e alcançar condições para cultivar um período de coexistência pacífica com as forças do imperialismo. Esse embate geral comparecia em formas particulares da luta interna em torno à diretriz econômica, ao funcionamento do Estado operário, à democracia soviética e ao lugar da classe operária como força motriz da transição do capitalismo ao socialismo.

O fracasso e a derrota da revolução na Alemanha foram um fator de enorme peso para o isolamento da URSS. A revolução na Alemanha fazia parte da tendência revolucionária que havia levado à vitória da Revolução na Rússia. Lênin e Trotsky estavam

convencidos de que era imprescindível o desenvolvimento da revolução internacional. Contrariamente ao internacionalismo, a orientação estalinista para a Revolução Chinesa, que se iniciou em 1925 e concluiu em um massacre no ano de 1927 em Cantão, foi combatida por Trotsky, devido ao fato de que subordinava o Partido Comunista Chinês a Chiang Kai-shek. Essa derrota também contribuiu para um maior isolamento da URSS.

O período de luta interna se limitou à defesa da Oposição por desburocratizar as relações políticas e restabelecer o curso da democracia partidária e do regime soviético. A imposição da ditadura burocrática de Stálin, a derrota da Oposição de Esquerda e a expulsão de Trotsky exigiram uma mudança quanto à linha de combate às forças restauracionistas. O que só viria a ocorrer em 1933, quando se tornou completamente claro que era necessária uma revolução política na União Soviética. O que colocava na ordem do dia a necessidade de impulsionar o movimento da Oposição de Esquerda no sentido da constituição de uma nova Internacional, ou seja, a IV Internacional. A III Internacional havia se degenerado a ponto de romper com o programa dos Quatro Primeiros Congressos de sua fundação.

É nesse momento e nesse processo que a Oposição de Esquerda se depara com o problema fundamental de que as seções mais avançadas, como a da França e dos Estados Unidos, refletiam debilidades que advinham do fato de não terem alcançado uma penetração na classe operária e avançado na tarefa de constituir o programa nacional. O maior obstáculo se encontrava no fato de a Oposição de Esquerda Russa ter sido dizimada pelo terror estalinista. Os quadros mais formados e mais experientes foram assassinados. As divergências e cisões ocorridas nos marcos da constituição da IV Internacional se originaram, em grande medida, dessa situação adversa, em que não se chegou a formar um destacamento avançado do proletariado e predominou a presença de militantes oriundos da pequena burguesia.

A resistência em compreender o fenômeno da burocratização e a justeza do programa da revolução política dificultou enormemente a formação de quadros e o fortalecimento da embrionária IV Internacional. As discussões em torno à tática da defesa incondicional da URSS contra os ataques do imperialismo e dos perigos da Segunda Guerra paralisaram, em boa medida, a vida interna e externa das seções. A história dos choques internos na seção francesa e norte-americana demonstra quão longe estavam de se constituírem como programa no interior do proletariado.

Documentos como “Carta aberta ao conselho de redação da Verité”, “Uma declaração da Verité”, “Carta ao conselho de redação da Lutte de Classes” e “Defesa da República Soviética e da Oposição” foram escritos em 1929, no nascer da Oposição de Esquerda Internacional, cujo sentido reflete as enormes dificuldades em constituir as direções revolucionárias. Citemos de passagem os documentos “A URSS na guerra” (outubro de 1939), “Uma oposição pequeno-burguesa no Socialist Workers Party” (dezembro de 1939), “Um Estado não-operário e não-burguês” (novembro de 1937) e “De um arranhão, ao perigo de gangrena” (janeiro de 1940), que trazem importantes lições sobre as divergências e as condutas políticas das frações. A compilação “Em Defesa do Marxismo”, de Trotsky, em que estão impressos os documentos citados, testemunha amplamente as debilidades das seções da IV Internacional e as dificuldades extremas em constituir uma sólida direção mundial.

Os acontecimentos posteriores ao assassinato de Trotsky em agosto de 1940 colocaram para as duas principais seções da IV Internacional – a francesa e a norte-americana – a tarefa de impulsionar sua construção como Partido Mundial da Revolução Socialista. O trabalho da IV internacional por constituir uma seção no interior da revolução na Espanha compareceu como estratégica justamente porque expressava a intervenção do marxismo-leninismo-trotskismo oposta à orientação contrarrevolucionária do estalinismo. A incapacidade do POUM de aplicar a linha

estabelecida pela Oposição de Esquerda Internacional frustrou o desenvolvimento da linha proletária que tinha potenciado a luta da IV Internacional.

O nazifascismo de um lado, e o estalinismo de outro, nos marcos da Segunda Guerra, golpearam as organizações trotskistas na Europa. Enfraquecidas pela dispersão, não puderam desempenhar ações de resistência que as vinculassem vivamente com a classe operária. Isso quando as condições de desintegração do capitalismo refletiam a justeza da linha da Oposição de Esquerda traçada desde 1924 na URSS e desde 1929 no exterior. As derrotas e os bloqueios à luta internacionalista do proletariado mantiveram a construção da IV Internacional na contracorrente da história. Essa travessia passou a depender da direção que tomou em suas mãos o leme da organização.

Devemos ter presente o significado histórico da liquidação dos melhores quadros da Oposição de Esquerda que dirigiram a Revolução Russa. Os Processos de Moscou (1936/38) foram um ponto alto que refletiu a necessidade do estalinismo de liquidar a Oposição.

A liquidação da III Internacional em 1943 confirmou pela negativa o lugar estratégico que havia tomado a IV Internacional, desde o momento em que Trotsky reconheceu em 1933 o dever impostergável de dar continuidade aos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista. A iniciativa de reorganizar a IV Internacional em 1944, realizando uma Conferência, ainda que limitada às seções europeias, indicou o caminho da superação da dispersão que se manifestou após o assassinato de Trotsky.

É nessa tentativa de reagrupamento que se verificou as enormes debilidades das organizações francesas - Partido Operário Internacionalista (POI), Comitê Comunista Internacionalista (CCI) e Grupo Outubro - que se fundiram para constituir o Partido Comunista Internacionalista (PCI). Nos Estados Unidos, o SWP enfrentava uma dura repressão e seus quadros não mostravam a solidez necessária para as condições tão adversas da luta de classes. As demais organizações da Europa e fora dela dependiam, em grande medida, do impulso organizacional que poderia dar no próximo período em que a guerra tivesse findada. É nessas condições que os aparatos estalinistas se mostram fortalecidos, uma vez que a URSS jogou um papel decisivo para a derrota militar de Hitler. O que exigia uma resposta programática e tática da direção da IV Internacional, que se reorganizava depois de um período de quase desintegração.

LANÇAMENTO

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

Crítica
programática
ao PCBR



Apontamentos sobre os documentos do XVII
Congresso extraordinário do PCBR



POR

PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

REVISTA DA REVOLUÇÃO E LUTA SOCIAL

O segundo Congresso mundial, realizado no início de 1948, contou com pouco mais de vinte organizações, representando 19 países. Essa afluência poderia resultar em um importante passo no fortalecimento da IV Internacional. Foi significativo nesse sentido a formação do Secretariado Internacional (SI) e de um Comitê Executivo Internacional (CEI). Tratou-se, no entanto, de uma formalidade. A sua direção não estava capacitada a edificar a IV Internacional sobre a base do Programa de Transição e do conjunto de formulações estabelecidas no combate de Trotsky ao revisionismo estalinista e ao curso restauracionista que ameaçava a liquidação da URSS. Nenhuma das seções que ampararam o segundo Congresso Mundial havia acumulado e assimilado as experiências, que só poderiam ser materializadas no trabalho de construção do partido no seio do proletariado e, assim, forjar o programa da revolução em seus países. Como foi comprovado pelos acontecimentos posteriores, à seção francesa cabia constituir uma direção sólida. No entanto, se passou o contrário.

No terceiro Congresso, de 1951, eclode a crise no seio da IV Internacional, que iria concluir com o seu estilhaçamento. O seu secretário Michel Pablo, membro da seção francesa, havia publicado o documento “Aonde vamos”, no qual se expunha uma mudança na caracterização do estalinismo e o seu lugar na nova situação que se iniciava com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Pablo considerava que o regime estalinista passava a jogar um papel progressivo, uma vez que o mundo se achava dividido entre o “regime capitalista e o mundo estalinista”. As implicações dessa revisão eram de ordem programática e principista. Negava o programa da revolução política elaborado por Trotsky e assumido como linha pela Oposição de Esquerda Internacional. Do ponto de vista prático, os revolucionários teriam de se constituir como uma força auxiliar dos partidos comunistas estalinizados nos choques entre esses blocos. Condenava assim a tática da independência do proletariado diante da política da burocracia estalinista no confronto com as forças do imperialismo e na defesa incondicional da URSS. Orientava, portanto, as seções da IV Internacional a realizarem o que denominou “entrismo sui generis” nos partidos comunistas.

Essa novidade de Pablo provocou uma cisão na seção francesa e na IV Internacional. A fração que resistiu ao revisionismo, que era a maioria do Partido Comunista Internacionalista (PCI-seção francesa) foi expulsa em 1952.

A direção do SWP, depois de vacilar, em fins de 1953, condenou o pablismo e rompeu com o Secretariado Internacional. Esse passo poderia interferir no sentido contrário ao estilhaçamento e dissolução da IV Internacional, caso, juntamente a seção francesa, o SWP afirmasse os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo e avançasse em suas conquistas, reconhecendo as novas condições da luta de classes abertas com o fim da Segunda Guerra e os realinhamentos de forças que emergiam dos acordos de Yalta e Potsdam.

A reconciliação do SWP com o pablismo resultou em 1963 na formação do Secretariado Unificado (SU), o que veio a fortalecer a continuidade do revisionismo encarnada por Ernest Mandel e

Pierre Frank. Os erros de caracterização do movimento expostos no processo da Revolução Chinesa e da Revolução Cubana se encarregaram de ampliar as deformações revisionistas. A confusão entre guerrilha e foquismo que emergiram do castro-guevarismo se fizeram presente no SU pablista. A crítica do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) nesse momento ganhou expressão à altura da defesa do marxismo-leninismo-trotskismo, em completo choque com a caminhada do revisionismo na América Latina. Pablo acabou por abandonar o SU, para criar a Tendência Marxista Revolucionária da IV Internacional. Foi às últimas consequências na política de subordinação ao nacionalismo burguês no período de 1970 e 1980, chegando a apoiar a ditadura militar no Peru. Esse passo definitivo o levou a renegar abertamente a IV Internacional.

Na América Latina, o pablismo se materializou sob a direção de Juan R. Posadas, acirrando a política de seguidismo ao nacionalismo burguês. Rompeu com o SU em 1964, sob a dinâmica do divisionismo. Nesse marco de estilhaçamento, a tentativa da seção francesa e norte-americana, circundada pela seção inglesa, não pôde sustentar a constituição do Comitê Internacional da IV Internacional, que acabou por assumir o federativismo, contraditório com o centralismo leninista do Partido Mundial.

No interior do SU, o dirigente argentino, Nahuel Moreno, alinhou-se com o SWP, em 1975, formando uma fração opositora à de Mandel. Não tardou o fracasso dessa aliança em combater o revisionismo pablo-mandelista. Moreno organizou a Fração Bolchevique, que se alicerçará no Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que constituirá a Liga Internacionalista dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-QI), em 1982. Antes, porém, Moreno aproximou-se de Lambert em função do apoio que teve à sua intervenção na Revolução Sandinista na Nicarágua, com a chamada “Brigada Simon Bolívar”, 1979, que acabou sendo duramente reprimida pelos sandinistas. Em 1980, constituiu-se o Comitê Paritário Quarta Internacional e Comitê Internacional (QI-CI) entre Lambert e Moreno. Fracassou em pouco tempo, explodindo com acusações de antitrotskismo de ambos os lados. O POR da Bolívia rechaçou a aproximação oportunista, publicando a crítica no documento “Revisionismo contrarrevolucionário do Comitê Paritário”. De passagem, assinalamos a recente cisão que se deu no interior da LIT. A corrente morenista é pródiga em divisões.

Na Inglaterra, a organização sofreu profundamente os impactos da revisão de Pablo. A direção exercida por Gerry Healy se curvou perante as teses pablistas, que constam no documento “Ascenso e declínio do estalinismo”. Acirraram-se os conflitos com o SWP e com a corrente liderada por Pierre Lambert, da organização francesa. A Liga Operária Socialista healyista se afastou definitivamente do lambertismo em 1973. Nesse curso, Ted Grant e Alan Woods acabaram por constituir sua própria corrente internacional, em 1991, a Corrente Marxista Internacional (CMI), que mais recentemente se tornou a Internacional Comunista Revolucionária (ICR). Conseguiu arregimentar no Brasil a fração Esquerda Marxista que rompeu com a corrente lambertista Organização Socialista Internacionalista (OSI), O Trabalho.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

No início dos anos de 1970 se estruturou o Comitê pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI) entre o lambertismo (OCI da França), o POR da Bolívia, Política Operária (PO) da Argentina, Comité de Enlace de militantes trotskistas chilenos, o Partido Operário Marxista Revolucionário (POMR) do Peru e outras organizações, com o objetivo de avançar na reconstrução da IV Internacional. A ruptura do CORQUI, forçada pelo lambertismo, que colocou a expulsão de Política Operária (PO) por questionar seu ultraesquerdismo, ao considerar que os sindicatos eram burgueses e, portanto, deveriam ser destruídos e construídos outros organismos. O POR da Bolívia interveio em defesa de PO, caracterizando a ação dos lambertistas de burocrática. Essa ruptura deu origem à Tendência Quarta Internacionalista (TQI) em 1979, que teria uma vida de três anos. Logo após se distanciar da TQI, Política Operária começa a abandonar suas conquistas programáticas modificando a estratégia para “governo dos trabalhadores”, para legalizar eleitoralmente o Partido, mudando seu nome, estatutos e princípios organizativos, que dão lugar a uma intensa luta interna, constituição de frações e rupturas posteriores. Em seu mais avançado eleitoralismo, se produziu a maior cisão, dividindo-se em dois partido - Partido Operário e Política Operária.

São tantas as rupturas e tentativas de reaproximação entre as correntes que se reivindicam do trotskismo que é difícil acompanhar o processo de estilhaçamento. Está absolutamente claro, no entanto, que as rupturas provocadas pelo revisionismo impossibilitaram não só a continuidade organizativa da IV Internacional como impediram que uma das frações, que a princípio poderia ser encarnada pelo agrupamento da seção francesa liderado por Lambert, desse continuidade ao internacionalismo proletário, marxista-leninista-trotskyista.

A construção do Partido Operário Revolucionário, na Bolívia, se deu em grande parte à margem desse percurso da IV Internacional, depois da morte de Trotsky. Originou-se em 1935 reivindicando as posições da Oposição de Esquerda Internacional. Não chegou a participar da fundação da IV Internacional devido às difíceis condições de sua origem no exílio. O que não o impediu de condenar e combater o revisionismo pablista. Há uma particularidade histórica de grande importância, que foi a luta do dirigente Guillermo Lora e seus camaradas contra a influência antimarxista de uma fração pablista que chegou a cindir o POR em 1954. As experiências de meados de 1950, que envolveram a Revolução Boliviana de 1952, e a da década de 1970, que envolveram a Assembleia Popular, foram definitivas para derrotar as teses do nacionalismo pablista no terreno prático da luta de classes na Bolívia. O que resultou em um embate principista e programático do POR em defesa dos fundamentos da IV Internacional. Diante da ruptura na IV Internacional, o POR não exerceu nenhuma influência, mas teve de enfrentar o trabalho fracional do pablismo e de seu agente Posadas no Birô Latino-americano, que defendeu a subordinação do POR ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Assim se passou porque o POR, desde 1946, ganhou projeção como partido marxista-leninista-trotskyista, constituindo-se no interior dos mineiros, da classe operária boliviana. Nesse momento, a IV internacional ainda se encontrava no estágio de reorganização.

As Teses de Pulacayo, aprovadas no Congresso da Federação Mineira, constituíam um passo decisivo na elaboração do programa baseado no método do Programa de Transição. O que possibilitou a revelação das leis particulares da revolução proletária no país semicolonial, da clareza dos objetivos estratégicos e da tática a ser aplicada. As mais distintas variantes do revisionismo da IV Internacional não conseguiram atingir a fortaleza do POR com as levianas acusações de nacional-trotskyismo. O certo é que agiram para isolá-lo internacionalmente.

Foi de extraordinária importância a derrota do pablismo nas condições concretas da Revolução de 1952 e da constituição da Assembleia Popular de 1971. Sua importância está em que constituiu uma organização soviética e colocou a frente única anti-imperialista como uma tática a ser aplicada nos países semicoloniais para a tomada do poder pelo proletariado. Evidenciou que o revisionismo se colocou em choque com a orientação trotskista precisamente na caracterização e do lugar do nacionalismo burguês na contrarrevolução. Todas as deformações e incompreensões do revisionismo sobre a questão nacional puderam ser combatidas e derrotadas.

É necessário assinalar que o POR reconheceu a necessidade de romper o seu isolamento e intervir nas difíceis condições da crise aberta pelo pablismo e seus seguidores em meados de 1950. Os conflitos em torno à orientação da reconstrução da IV Internacional acabaram por inviabilizar a intervenção do POR no terreno do trabalho internacional. Em 1969, aproximou-se do Comitê Internacional. Em 1979, rompeu com o Comitê de Reorganização da IV Internacional (CORQUI), dirigido por Lambert. Junto com o Política Operária da Argentina, deu início à organização Tendência Quarta Internacional (TQI), que logo se frustrou. Lançou-se contra a constituição do Comitê Paritário, montado por Lambert e Moreno.

O trabalho mais sistemático se deu na formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que passou por uma crise advinda da imaturidade das seções argentina e brasileira. Hoje, o CERQUI persiste na tarefa de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. O POR da Bolívia é o seu principal pilar precisamente por expressar o Programa de Transição aplicado à realidade do país e por impulsionar o internacionalismo proletário.

Uma das críticas fundamentais de Guillermo Lora em sua avaliação sobre o revisionismo e a multiplicidade de cisões é a de que as inúmeras organizações se desviaram do método marxista de formação do partido, constituindo-se como programa da revolução em seus países e erguendo o Partido Mundial da Revolução Socialista, sobre a base do Programa de Transição da IV Internacional.

Para onde vai a Organização Comunista Internacionalista (OCI)

O documento “Declaração da OCI sobre a ruptura organizada pelo secretariado internacional da ICR” expõe vários aspectos que justificariam o antagonismo no interior da Internacional Comunista Revolucionária (ICR) e sua exclusão. A “Carta aberta a todos os camaradas brasileiros”, assinada pelo dirigente Alan Woods, segue a mesma linha de generalidades pontuais para denunciar Serge Goulart, acusando-o de ter sustentado diuturnamente uma discussão fracionista, que finalmente havia transbordado. O resultado foi que a fração de Goulart ficou com a maioria da OCI. A fração minoritária que seguiu a linha de Alan Woods certamente continuará reproduzindo as raízes do revisionismo que levaram às rupturas na IV Internacional e na própria Inglaterra e que acabaram por constituir a Corrente Marxista Internacional (CMI), que depois se transformou na ICR.

Em sua Carta, Alan Woods retorna ao passado sobre a ruptura com a organização francesa, dirigida por Lambert, referindo-se à discussão em torno ao desenvolvimento ou não das forças produtivas na época do capitalismo imperialista. Isso para dizer que Serge Goulart levou a sua organização, Esquerda Marxista, originada de uma ruptura com a corrente O Trabalho (Organização Socialista Internacionalista (OSI)) e, assim, com a IV Internacional lambertista, aderindo à organização de Ted Grant/Alan Woods, sem contudo ter rompido com o lambertismo.

Em um tom hipócrita, afirma: “Quando o camarada Serge Goulart se juntou à Internacional, presumimos que ele havia rompido com o lambertismo. E, de fato, à primeira vista, havia evidências de que esse era o caso”. Cinicamente perplexo conclui: “No entanto, por algum motivo, ele mais tarde voltou às suas velhas ideias, que continuamente ressurgiam, distorcendo todos os debates e causando confusões sem fim. A mesma ideia lambertista era constantemente apresentada sob diferentes disfarces por Serge Goulart, com a monotonia tediosa de um disco de vinil riscado, em todos os congressos mundiais. (...) Nossa Internacional rompeu há muito tempo com os sectários pseudos trotskistas como Lambert, Pablo, Mandel, Cannon e todos os outros que desonraram o nome do trotskismo por décadas”.

Basta essa acusação de Alan Woods, ainda que hipócrita e cínica, para que a fração de Serge Goulart se coloque por fazer um balanço histórico de sua ruptura com o lambertismo em 2006, cujo processo se iniciou já em 2001. Mas, esse não é o motivo fundamental. A real necessidade se encontra na origem e no processo revisionista que levou à desintegração da IV Internacional e à multiplicidade de correntes centristas e oportunistas.

Nota-se que algumas das principais discordâncias e críticas da fração majoritária da OCI à posição da ICR procedem. Destacamos, por exemplo, a questão da Palestina. Evidentemente, o reconhecimento do Estado de Israel, portanto, do Estado sionista, conduz a posições que favorecem o colonialismo que esmaga o direito à autodeterminação do povo palestino, embora a resolução transcrita na declaração da OCI sobre a ruptura referira-se à “formação de uma federação socialista do Oriente Médio”. A noção do Brasil como um país sub-imperialista é uma excrescência do revisionismo que pisoteou as formulações do marxismo-leninismo sobre a questão nacional. Está claro também que o posicionamento da ICR sobre o desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do imperialismo fratura as formulações do marxismo-leninismo-trotskismo. Mas essa questão deve ser tratada não apenas no plano conceitual. As caracterizações concretas e as respostas do internacionalismo proletário têm de estar de acordo com o desenvolvimento da linha de intervenção mundial e nacional. As questões que envolvem a restauração capitalista que liquidou a URSS e colocou a China no curso de sua integração à economia mundial regida pelas leis econômicas do capitalismo exigem estudos e considerações bem fundamentadas. O próprio CERQUI vem realizando esse percurso, de forma a evitar discussões artificiais.

Para onde vai então a OCI? Na conclusão de sua Declaração, afirma: “A OCI tem uma história nacional e internacional. Vai continuar seu combate pela reconstrução da Internacional Comunista de Lênin e Trotsky, sobre a base do ‘Manifesto do Partido Comunista’, da experiência de massa da II Internacional, da Conferência de Zimmerwald, da Revolução de Outubro, dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, da IV Internacional e de seu ‘Programa de Transição’, assim como do combate de Leon Trotsky pela construção de uma verdadeira Internacional digna desse nome. A Internacional que só pode ser

construída sobre a base do programa marxista, ainda que não se conheça os meios e as formas que tomará para se erigir em um partido mundial da revolução socialista nesta época de guerras e revoluções, de resistência e combate, de reorganização do movimento operário sobre o novo eixo revolucionário”.

Esse conjunto de boas intenções será apenas palavreado e servirá para acobertar os erros cometidos pela Esquerda Marxista e depois pela Organização Comunista Internacionalista (OCI), caso a sua militância não se debruce a fazer um rigoroso balanço crítico e autocrítico de sua trajetória. Um balanço que conduza a OCI a reconhecer que surgiu de um fracionamento nos marcos do revisionismo, que dissolveu a IV Internacional, sem que constituísse um programa partidário da revolução proletária no Brasil. A Esquerda Marxista – Organização Comunista Internacionalista se manteve, desde a ruptura com a Corrente O Trabalho, como uma corrente sem programa e sem o objetivo estratégico de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. É de grande importância nesse balanço avaliar os motivos que a levaram a se vincular à corrente revisionista de Ted Grant-Alan Woods.

A ideia expressa na Declaração da OCI de que a Internacional “só pode ser construída sobre a base do programa marxista, ainda que não se conheçam os meios e as formas que tomará para se erigir em um partido mundial da revolução socialista (...)” indica, por si só, sua completa desorientação diante da tarefa de superar a crise de direção reconstruindo a IV Internacional. Não é verdade que “não se conheçam os meios e as formas”. Essa é uma maneira oportunista de desconhecer os “meios e as formas” marxista-leninista-trotskistas, que estão na base do internacionalismo e de sua expressão organizativa, que se manifestaram na experiência do Partido Bolchevique. Temos como continuidade dessa experiência a do POR na Bolívia de construir o partido-programa.

Em nossa compreensão, Serge Goulart conduziu a fração que rompia com a política antimarxista da Corrente O Trabalho de dissolução no interior do PT a uma vinculação oportunista e aparelhista com a organização inglesa Corrente Marxista Internacional (CMI). Nesse processo, ingressou no PSOL avaliando que sua organização poderia se potencializar em base a uma juventude arrastada pelo reformismo pequeno-burguês. Rompeu com o PSOL sem um balanço do erro cometido, que, entre outras consequências, auxiliou na gestação do ilusionismo centrista. Esse partido logo se mostrou tributário do PT e do governo Lula. Não há outra via para a militância da OCI encontrar-se com os fundamentos do internacionalismo marxista-leninista-trotskista a não ser a da crítica e autocrítica e do reconhecimento de que se constituiu em uma corrente sem-programa.

Está posta para sua militância corrigir os erros de sua direção, voltando-se ao objetivo de reconstruir a IV Internacional. Reconstrução essa que exige a formação de verdadeiros partidos marxista-leninista-trotskistas. A ruptura da OCI com o revisionismo da ICR será progressiva se desembocar no fortalecimento do Partido Operário Revolucionário (POR) e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).





do Partido Operário Revolucionário



1989 2025

Damos sequência à exposição da Plataforma Programática aprovada no IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994. No jornal Massas anterior, transcrevemos as principais formulações sobre o caráter do Programa de Transição nas condições da crise mundial do capitalismo e do processo de restauração capitalista na ex-URSS. Exporemos os pontos: “3. Brasil, país semicolonial; 4. A Independência Nacional; 5. Revolução Agrária; 6. A Unidade Nacional”.

3. Brasil, país semicolonial

É obrigatória a caracterização do país e a demonstração das particularidades da revolução proletária. Vejamos:

“Na divisão internacional do capitalismo em uma minoria de países opressores e uma maioria de países oprimidos, o Brasil ocupa o lugar de oprimido. O que determina essa posição é o atraso econômico e o controle internacional do imperialismo. Sua formação histórica tardia reservou-lhe definitivamente esse lugar, como de resto à maioria dos países que iniciaram seu desenvolvimento como colônia e concluíram como semicolônia”. (...)

“O desenvolvimento interno da semicolônia está, em grande medida, determinado pelas forças produtivas e mercado mundiais, controlados pelas potências. (...) A força dos monopólios é decisiva na política burguesa, uma vez que atua por cima do Estado. O Brasil é um dos países latino-americanos mais industrializados, nem por isso deixou de ter sua soberania limitada”. (...)

“A formação da burguesia industrial e sua evolução antinacional jogaram por terra a reacionária teoria da revolução democrático-burguesa, elaborada pelo PCB estalinista. No Brasil semicolonial, integrado ao capitalismo mundial, já não havia lugar para a burguesia realizar a tarefa de emancipação e soberania nacional”. (...)

“O agravamento da crise estrutural do capitalismo mundial força a desintegração das forças produtivas internas, expondo abertamente o problema da opressão imperialista e da independência nacional. A revolução proletária é a saída histórica. Não há reformas que possam substituí-la”.

4. A independência nacional

“(…) A soberania nacional tem por conteúdo o rompimento da trava do imperialismo sobre as forças produtivas da semicolônia, o que a burguesia nativa não pode fazer. O movimento emancipador nacional se combina com o da emancipação social da maioria trabalhadora perante os capitalistas de dentro e de fora, ou seja, com a expropriação revolucionária do grande capital”.

“O objetivo estratégico da luta anti-imperialista pela independência nacional é o de colocar o Estado e a economia sob o comando da classe operária, apoiada nos camponeses pobres, semiproletários e pequena burguesia arruinada, que compõem a maioria oprimida do país. As reivindicações anti-imperialistas opõem as massas, numa frente única, à burguesia interna, comprometida com o capital financeiro internacional”.

5. A revolução agrária

“É parte das tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado a solução do problema da terra. A estrutura latifundiária dominante, combinada com milhões de minifúndios, se constitui numa trava para o desenvolvimento das forças produtivas”. (...)

“O domínio latifundiário conserva formas pré-capitalistas de produção em extensas áreas e regiões (Nordeste), que são uma barreira para a produção em larga escala. A agroindústria avançada concentra em alguns pontos do território nacional, fundamentalmente no Sudeste e menos ostensivamente no Centro-Oeste, onde tem uma produção agroexportadora especializada”. (...)

“O monopólio da terra pelos latifundiários entrelaçados com o capital financeiro e, em grande medida, determinados por grupos nacionais e internacionais, bloqueia a produção camponesa e, ao mesmo tempo, limita a produção às condições do mercado mundial. Por mais que o Estado despenda recursos para subsidiar a oligarquia, a agricultura permanece raquítica em relação à potencialidade existente, caminhando em ritmo lento, quando não regredindo. Desperdiça-se uma fábula com os latifúndios arcaicos e favorece a agroindústria para que esta se concentre cada vez mais regionalmente”. (...)

“A reforma agrária aspirada pelos sem-terra e mesmo pelos minifundiários só pode vir através da revolução proletária. A via da reforma pacífica, governamental e constitucional, como apregoam o reformismo e setores clericais, é uma fraude contra os camponeses. Não tem fundamento econômico, histórico e político”.

“Pelas relações de propriedade e pelos condicionamentos da lei econômica do desenvolvimento desigual e combinado, tudo indica que a revolução no campo assumirá formas democráticas de reforma agrária (tarefa burguesa pendente) e de coletivização, base para o avanço das relações socialistas de produção”. (...)

“O problema da terra encontrará sua solução através da revolução proletária, da ditadura proletária. Esse postulado da revolução permanente de Trotsky se aplica no Brasil”.

Observação: Sem dúvida, a agroindústria teve um grande desenvolvimento posterior a essas formulações. O que exige um ajuste dos dados, mas no fundamental não alterou a estrutura geral e o atraso que continua a atingir as massas camponesas.

CONTINUA →

6. A Unidade Nacional

“Os profundos desequilíbrios são uma particularidade do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Trata-se da estrutura capitalista da unidade nacional. A formação de oligarquias burguesas regionais e a luta em torno da centralização federativa são as raízes históricas da implantação do capitalismo tardio e semicolonial do Brasil”.

“A fração burguesa mais poderosa que, finalmente, se destacou no Sudeste com a maciça industrialização não pôde superar o atraso econômico do restante do país, potencializar o mercado nacional e erradicar a vasta pobreza das massas, particularmente das camadas vinculadas às relações de produção arcaicas e atrasadas, como as que vigoram no Nordeste e Norte do país. Não escapa a essa realidade a imensidão do Centro-Oeste recém incorporado à penetração capitalista no campo”. (...)

“Vemos que a burguesia levou a unidade nacional até onde pôde, construindo-a sobre a base da exploração de uma região pelas outras e às custas do crescente desequilíbrio. A superação do atraso da maior parte do país, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, depende da industrialização, inviável no quadro do capitalismo

em putrefação. É condição econômica e social para a ampla industrialização, a destruição da propriedade latifundiária através da revolução agrária”.

“O capitalismo no Brasil já assentou as bases avançadas da produção tecnificada para ampliar a industrialização por todo o país. A condição para isso é o proletariado, aliado aos camponeses, expropriar pela revolução a propriedade monopolista dos meios de produção e apossar-se do controle do capital financeiro”.

“A unidade nacional superior será fruto da erradicação dos mecanismos de exploração e opressão capitalistas. O proletariado no poder colocará todos os recursos da indústria centralizada no Sudeste/Sul a serviço das forças produtivas nacionais e erradicação da miséria do conjunto da população trabalhadora. Por outro lado, as potencialidades agrárias e minerais diversificadas em todo o território poderão ser utilizadas, planejadamente, para alavancar a indústria”. (...)

“A superação dos desequilíbrios regionais e o avanço harmônico dependem do desenvolvimento em grande escala das forças produtivas, que se condicionam à destruição das travas da propriedade latifundiária da terra e dos monopólios, bem como do processo de erradicação da miséria e analfabetismo”.

Internacional CERQUI

Nesta edição:

Debate PUC-SP:

“O agravamento da crise mundial: as guerras e a intervenção dos Estados Unidos na América Latina”;

Bolívia:

Capitalismo para todos? Consigna demagógica e estúpida
O capitalismo é riqueza e poder para a burguesia, exploração para os trabalhadores e miséria para os marginalizados que ganham a vida por conta própria;

33 da liquidação da URSS:

“Manifesto da Internacional Comunista aos Proletários de todo o Mundo”.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



No dia 23 de outubro, ocorreu na PUC-SP o debate sobre “O agravamento da crise mundial: as guerras e a intervenção dos Estados Unidos na América Latina”. Foram expositores: o professor da PUC de relações internacionais Reginaldo Nasser, a jornalista Rosane Borges, a representante da Frente em Defesa do Povo Palestino Soraya Misleh e o militante do Partido Operário Revolucionário, Erson Martins de Oliveira. A iniciativa da realização do debate se deveu ao NEAM PPG Serviço Social, coordenada pela professora Beatriz Abramides. Pode ser encontrado uma nota de sua realização no Jornal PUC Viva de 31 de outubro de 2025.

Debate PUC-SP

“O agravamento da crise mundial: as guerras e a intervenção dos Estados Unidos na América Latina”

Exposição do POR

Certamente quem fala em terceiro lugar vai coletando as observações dos companheiros da mesa. É claro que, se nós estivéssemos em uma situação de debate, haveria muitas discussões entre nós sobre as caracterizações. Por exemplo, Nasser falou sobre o seu ceticismo. E,

de fato, determinadas considerações levam ao ceticismo. Eu queria fazer uma colocação exatamente ao contrário. No sentido de que nós estamos vivendo uma etapa de desintegração do capitalismo, em que a luta de classe está se retomando, e esse é o Norte.

As manifestações de defesa da Palestina na Europa têm provocado uma grande crise nos governos. Inclusive essa ideia de que há um certo isolamento do Estado de Israel, devido a um posicionamento da

França em reconhecer o Estado Palestino, claro, tudo isso é demagógico, tudo muito falso. Mas, essas colocações europeias sobre o reconhecimento do Estado palestino têm a ver com a pressão das massas. A mobilização das massas em defesa dos palestinos está expondo as contradições e os problemas destrutivos do capitalismo: a questão da imigração, dos migrantes, por exemplo. Está trazendo o problema do desemprego, das novas tecnologias etc. Estão pondo à tona o fracasso da União Europeia, da tentativa de unir a Europa.

Então, essas mobilizações em defesa da Palestina são mobilizações que colocam um problema essencial do imperialismo, que é a defesa das nações oprimidas contra um punhado de países imperialistas. Esta crise no Oriente Médio traz como problema geral a dominação imperialista que vai se manifestar na forma da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais. Vai se manifestar na primeira grande partilha do mundo.

A própria Palestina é o resultado de uma partilha no Oriente Médio, resultante do fim do Império Otomano. O sionismo somente pôde achar um caminho para impor o seu nacionalismo justamente porque, nessa partilha do mundo, a Inglaterra tomou a frente, e o grande capital, o capital financeiro, se colocou por realizar a proposição do sionismo. Os sinais de guerra de dominação sionista se despontam no final da década de 1920 e início da de 1930. A resistência da nação oprimida palestina é muito superior aos mais de 70 anos, considerados a partir de 1947 e 1948. Nesse momento, o imperialismo realizava a segunda grande partilha do mundo, após a Segunda Guerra Mundial, sedimentadas pelos acordos de Ialta e Potsdam. A longa luta dos palestinos contra os invasores sionistas e com eles o capital imperialista é uma demonstração para todas as nações oprimidas de que esse caminho tem de ser trilhado, independentemente de qualquer tipo de humanismo e humanitarismo. As nações oprimidas e os explorados do mundo todo estão diante da barbárie. O que se passa na faixa de Gaza é a barbárie. A barbárie que aqui foi exposta pelos dados de meus colegas de mesa, no Oriente Médio, África e América Latina, como se deu a colonização, como povos foram extintos, comprovam que o capitalismo nada tem a oferecer a não serem intervenções, guerras e massacres impetrados pelas potências, tendo os Estados Unidos à frente.

E esse continuará sendo o caminho e a contingência das massas daqui para frente. Por quê? Porque quem responde à crise histórica do capitalismo não é essa ou aquela fração da burguesia. Quem responde pela crise do capitalismo não é um setor que se diz democrata ou da esquerda burguesa. A burguesia como um todo está esgotada historicamente como classe.

A barbárie que está à vista dos explorados e dos povos oprimidos é a expressão do capitalismo em decomposição e do esgotamento histórico da burguesia. Aqueles que defendem o povo palestino contra o genocídio, mas não procuram identificar as raízes dos massacres, vão se limitar aos massacres pelos massacres. Vão achar que os massacres são fundamentalmente devido à questão de cor, dos racismos, das discriminações indígena etc. Não! Os massacres são expressão do capitalismo que necessita explorar a força de trabalho até onde for necessário e continuar saqueando os países semicoloniais. É necessário que uma minoria capitalista, de países capitalistas, explore o mundo inteiro, os países semicoloniais do mundo inteiro. E esta é uma lei histórica do capitalismo da fase imperialista. Lênin, quando caracteriza, na Primeira Guerra Mundial, que o imperialismo, em termos gerais, deve ser caracterizado como um sistema de guerras, revoluções e contrarrevoluções, se baseia nas leis históricas do capitalismo. Quando conclui a Primeira Guerra, e se realiza Acordo de Versalhes, estava em curso a formação da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), estava se erguendo a transição do capitalismo ao socialismo. Qual foi a caracterização marxista nessa época? De que de forma alguma viria uma paz duradoura. Era imperativo preparar-se para uma outra guerra. Esse prognóstico é apresentado no congresso de fundação da Terceira Internacional, sob a direção de Lênin e de Trotsky.

E, de fato, ocorreu a Segunda Guerra Mundial. E teve um fator novo nesse período a partir de 1929, que foi a ascensão de Hitler e, portanto, o fascismo. O fascismo como expressão mais elevada da decomposição do capitalismo. Findada a Segunda Guerra Mundial, os

Estados Unidos impuseram a sua hegemonia. É certo que a hegemonia norte-americana teve suas raízes já na Primeira Guerra Mundial. Ali os Estados Unidos já se despontaram, aproveitando justamente a guerra, a Guerra Mundial, porque a guerra é negócio. A guerra é a forma parasitária de existência do capitalismo. Os pacifistas acreditam que é possível viver no sistema capitalista sem guerra. Ou acreditam que é possível uma paz por amor do homem pelo homem. O que é um engano total. Basta ver os acontecimentos. Quando termina a segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos testam as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Vem, em seguida, a guerra na Coreia. Por pouco, os Estados Unidos não lançam a bomba atômica na Coreia. Os Estados Unidos não lançaram a bomba atômica na Coreia porque a revolução chinesa em 1949 e o processo revolucionário mundial estavam em posição contrária à continuidade da guerra mundial.

Quando estamos discutindo sobre o caráter da crise mundial hoje, temos em vista a retomada da escalada militar em níveis mais elevados desde que a URSS foi dissolvida e o imperialismo declarou o fim da guerra fria. A crise na América Latina, marcada pelo tarifaço de Trump e pelo recente cerco dos Estados Unidos à Venezuela, refletem um dos mais graves desde o pós-segunda guerra. Inúmeras guerras, não tão distantes, como as do Afeganistão, do Golfo Pérsico, do Iraque, do Irã e da Síria não resolveram nenhum dos grandes problemas do Oriente Médio e tão somente agravaram suas contradições. O mesmo se passou e se passa com as inúmeras guerras na África.

Vejam justamente esses ciclos de guerra. Quando é que começam? Depois da Guerra da Coreia, parecia, e a burguesia fazia campanha de que era possível, agora terminada essa divisão da Coreia, reorganizar o mundo na forma da paz norte-americana, delimitada pelos Estados Unidos. Nunca essa paz poderia ser possível, porque no imperialismo não é possível a paz, porque as relações econômicas colocam as nações contra as nações e colocam a burguesia, minoritária, a acumular uma riqueza cada vez maior, quando aumenta a pobreza no mundo e a miséria no mundo.

E é nesse processo que uma característica fundamental da época do imperialismo, que é o parasitismo financeiro, é a época das guerras. Mas as guerras provocam a reação das massas. E elas, portanto, trazem também a resposta. Que resposta tem que ser? De onde vêm as respostas às guerras? Nada de pessimismo. Vem da classe operária. Vai ser a classe operária. Vai voltar. Acredite.

Quando a União Soviética caiu, a destruição da União Soviética foi a maior regressão que a humanidade já teve. E sabe por quê? Porque na União Soviética iniciou a transição do capitalismo ao socialismo, depois da Comuna de Paris. Foi a experiência de Marx concreta da transição do capitalismo ao socialismo. E nunca houve, no capitalismo, uma ação histórica para emancipar as nações oprimidas. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Todas as nacionalidades, 17 nacionalidades, mais as etnias, conseguiram se organizar em uma unidade federativa.

Vejam o que acontece no Oriente Médio. Cai o Império Otomano. França e Inglaterra fazem a divisão do Oriente Médio. Ali está a Palestina. As monarquias árabes acabaram sendo as maiores responsáveis pela opressão dos palestinos, os árabes. Porque eles são coniventes. Veja essa tentativa do Acordo de Abraão. É um crime contra os palestinos. Veja como o Catar, que diz que está fazendo a mediação, sedia a maior base militar dos Estados Unidos no Oriente Médio. É certo ou não?

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

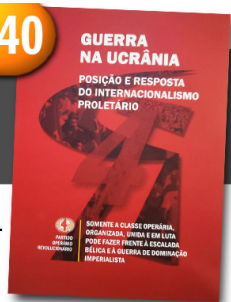
Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

Essa crise no Oriente Médio, e aí vem uma questão, que relação podia ter com a Ucrânia? Sem dúvida, tem particularidades que não podem ser confundidas. Mas, do ponto de vista das leis históricas, tem muito a ver com a faixa de Gaza. E não é só Gaza, é Oriente Médio como um todo. Envolve o Irã, envolve a Síria, envolve o Líbano, envolve o Iraque.

Do ponto de vista histórico, existe uma expressão que devemos reconhecer, que no momento em que caiu a União Soviética pela via da restauração capitalista por responsabilidade do Stalinismo, houve uma contrarrevolução. Esta contrarrevolução abriu caminho para o fortalecimento da OTAN e o cerco à Rússia. As ex-repúblicas soviéticas saíram da condição de organizar-se em uma federação de transição socialista para ser o quê? Países capitalistas semicoloniais, vassallos. São países vassallos. A Ucrânia acabou sendo um vassallo. Ou vai ser o vassallo da Rússia, que é uma potência regional, ou ela vai ser vassalla da União Europeia e dos Estados Unidos. Está ali a razão da guerra. A mesma coisa você pode falar de qualquer uma: da Guerra da Geórgia, de Abecásia.

Então, nós estamos assistindo um momento muito particular depois da Segunda Guerra Mundial. Eu acho que isso é necessário reconhecer. E qual é um elemento fundamental? É que, nesse processo de restauração capitalista, a China se despontou como uma potência. E hoje existe uma guerra comercial por conta dela, esse foi um fenômeno sui generis na história. Como que um país que fez uma revolução e continuava como um país atrasado, de repente, se torna a partir de 1978 um vulcão econômico que vai colocar uma contraposição mundial com os Estados Unidos? A ponto de o Trump estar intervindo na América Latina na guerra comercial contra a China. Intervio no Panamá agora recentemente, e está intervindo no Brasil. Está intervindo no Brasil porque a economia brasileira, independente do que pensa a burguesia brasileira, independente das suas frações oligárquicas, se entrelaçou com a China, porque ela não podia continuar entrelaçada com os Estados Unidos, porque houve uma mudança nas relações mundiais na economia.

Então, veja, esse é um fator novo da situação. E aí, a guerra na Faixa de Gaza tem um significado, sem dúvida, muito distinto da guerra, que não é uma guerra, mas uma intervenção militar do Estado sionista. Estou de acordo com essa caracterização. Não é uma guerra, é um massacre, um genocídio. Uma guerra que estava começando na Faixa de Gaza era contra o Irã. Ali estava começando uma guerra contra um país capaz de se defender. Ao contrário, os palestinos não têm armamento à altura de uma guerra contra o Estado de Israel. E os Estados árabes, não armaram o povo palestino, porque não adianta ter o Hamas munido de armas de baixo poder militar. Era preciso armar o povo e recorrer à guerrilha. Sem o povo em arma, não se enfrenta o inimigo colonialista. E a responsabilidade vai cair sobre os

países árabes. E por que a China e a Rússia não intervieram? Apenas condenaram em palavras o governo de Israel e evitaram responsabilizar os Estados Unidos. A China está em guerra comercial com os Estados Unidos e se vê premiada pela questão de Taiwan. A escalada bélica mundial impulsionada pelo imperialismo envolve diretamente a China e a Rússia. A tendência mundial é uma guerra entre a China e os Estados Unidos. Essa é a tendência mundial. Ambos tiveram de se conter nas condições de grande instabilidade no Oriente Médio.

Esse é um dos elementos distintos que estiveram na base da Segunda Guerra Mundial. É muito mais difícil prever uma terceira guerra. Porque uma terceira guerra seria a destruição da humanidade. Uma guerra atômica seria muito superior à Primeira e a Segunda Guerra. Na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos fizeram o teste da bomba atômica no final, quando o Japão já estava derrotado. Foi um sinal de que o capitalismo da época imperialista entrava em uma nova era do armamentismo catastrófico.

Então, é claro que as forças burguesas também são obrigadas a medir o grau de suas confrontações. No entanto, essas forças, quando elas entram em choque, são cegas. E a possibilidade de uma guerra entre os Estados Unidos e a China está colocada. Não é uma elucubração. A guerra na Ucrânia e a intervenção na Faixa de Gaza têm uma ligação do ponto de vista da decomposição geral do capitalismo. Não por acaso, Biden impulsionou a intervenção em Gaza, logo após ter impulsionado, em aliança como a União Europeia, a guerra na Ucrânia. É a mesma força que intervém no Oriente Médio, é a mesma força que está intervindo na guerra da Ucrânia. Essa é a problemática da crise mundial e das tendências bélicas que aqui estamos expondo e discutindo para clarear a posição da classe operária, dos demais explorados e dos povos oprimidos.

Constatamos que a classe operária praticamente não reagiu diante da guerra na Ucrânia. As massas não reagiram diante da guerra da Ucrânia, mas reagiram diante do massacre na Faixa de Gaza. E por quê? Porque a guerra da Ucrânia tem refletido as contradições da desintegração da União Soviética. Vêm as experiências com a ditadura estalinista, que se refletem sobre os explorados europeus. E, veja, a conduta das direções. Toda a burocracia sindical europeia se encontra subordinada aos Estados burgueses, e segue as políticas de governos. Todo sindicalismo estatizado tem de seguir a política dos governos, da União Europeia e, em fim, dos Estados Unidos.

No caso de Gaza, não é bem assim. Por quê? Porque existem interesses do imperialismo europeu sobre o Oriente Médio e em especial na Palestina. A França, em particular, exerce influência na Cisjordânia. Os europeus foram avalistas dos acordos de Oslo. Ou seja, de uma fraude montada pelos Estados Unidos em torno à constituição de um Estado palestino desarmado, que coexistiria com o Estado sionista. A Autoridade Palestina na Cisjordânia é influenciada pelos europeus que fecham os olhos para a sua anexação pelo Estado de Israel. Eis por que a União Europeia apoia financeiramente a Autoridade Palestina.

Biden apoiou a intervenção de Netanyahu na Faixa de Gaza, sabendo que viria um massacre. Procurou mascarar o apoio genocida em nome do futuro de dois Estados. Trump se elege e diz, não, nada disso, não tem nada disso. E, por seu turno, os franceses, até a Inglaterra, veja, até a Inglaterra, a Espanha, pronunciaram-se pelo reconhecimento do Estado palestino.

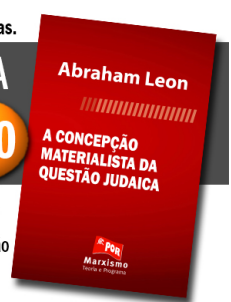
Essa divisão, ainda que formal, corresponde à mobilização das massas contra esses governos, governos que estão em crise. As manifestações dos explorados têm de considerar na análise. Trata-se do

LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

fator social mais importante. Vemos que há um fracasso do imperialismo em resolver a crise da Ucrânia, porque ela implicaria o quê? Como chegaria a uma paz ditada por Trump? É uma paz que leve à partilha da Ucrânia, com a qual os Estados Unidos passariam a tomar parte direta das riquezas naturais ucranianas. E isso se faz por cima da Europa. Os europeus respondem: assim não! Nós queremos participar e queremos que uma força de segurança seja feita pela própria Europa. A tentativa de resolver, pela via de Trump, a guerra na Ucrânia fracassou. E como vai fracassar, já está fracassando, esse acordo que foi feito na faixa de Gaza, porque não é acordo. É uma imposição para liquidar o Hamas, para tirar qualquer capacidade de resistência do povo palestino e anexar a Faixa de Gaza.

E o Hamas, embora seja uma corrente com tendências nacionalistas etc., é uma expressão concreta da nação oprimida. O governo Lula vem e fala “olha, está ocorrendo um genocídio” e completa “mas o Hamas é terrorista”. Não! O Hamas é uma expressão da resistência armada da nação oprimida. Isso é o Hamas. Agora, a política do Hamas leva à emancipação da Palestina? Não vai levar. Porque a solução da Palestina não está só na mão dos palestinos. Está nas mãos das massas árabes e não nas dos governos árabes, serviços dos Estados Unidos. Não há outro caminho para a libertação do povo palestino a não ser o da revolução social.

Com a liquidação da União Soviética e o triunfo da restauração capitalista pela contrarrevolução estalinista, houve uma regressão histórica. O que afirmou a necessidade da revolução social e do internacionalismo proletário. Claro que o programa e tarefas da revolução proletária estão emergindo do fundo da regressão. Mas não há possibilidade de enfrentar a barbárie a não ser através da revolu-

ção socialista. Não há outro caminho. A referência feita aqui sobre a opressão sofrida pelos povos africanos é muito importante. Assistimos aos massacres que vêm ocorrendo no Sudão. A descolonização e as conquistas de independência nacional não liberaram o continente do domínio e saque imperialista. Qualquer país africano, como foi dito aqui, ou vai passar pela revolução Social, ou a sua independência formal estará cada vez mais comprometida.

Para concluir, gostaria de falar sobre a perspectiva para a Palestina. Nós devemos defender uma República Socialista da Palestina como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Não haverá um Estado Palestino Democrático nas bases do capitalismo, nas bases da dominação e de convivência com o Estado sionista. Não é possível, porque o Estado sionista é, por natureza, colonialista, de um colonialismo tardio. E vejo que, como o colonialismo tardio, ele se apoia inteiramente nos Estados Unidos, na barbárie norte-americana. Essa é a discussão que, cedo ou tarde, vai se projetar. A luta contra o genocídio e a anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia deve ser dirigida pelo programa da revolução social.

A crise de direção da humanidade reflete a necessidade de construção dos partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskyistas. Quando Stalin destruiu a Terceira Internacional e a Quarta Internacional não se afirmou como direção prática do proletariado, o imperialismo e as burguesias serviais puderam desviar e bloquear o curso da revolução socialista mundial aberto pela Revolução Russa e pela edificação da URSS. A discussão sobre a crise mundial do capitalismo, a escalada bélica e as guerras exigem prontamente uma resposta com os métodos da luta de classes e com a estratégia da revolução social.

Bolívia

CAPITALISMO PARA TODOS? **CONSIGNA DEMAGÓGICA E ESTÚPIDA**

O capitalismo é riqueza e poder para a burguesia, exploração para os trabalhadores e miséria para os marginalizados que ganham a vida por conta própria

Segundo o Ministro da Economia, Gabriel Espinoza, “A noção de ‘Capitalismo para Todos’ baseia-se na libertação das forças produtivas de milhares de bolivianos que hoje estão sufocados pela burocracia, insegurança legal e falta de incentivos. Somos favoráveis a uma economia aberta, onde o crescimento não dependa do favor político, mas do esforço e da inovação”. Para Rodrigo Paz, “Capitalismo para Todos” é “graninha para todos.” Ele anuncia que “tempos melhores estão chegando. Tarifas mais baixas, impostos mais baixos, muito crédito, graninha para todos” buscando convencer, com seu bordão de marketing, de que será possível que esses grandes setores de pequenos proprietários e comerciantes se tornem grandes proprietários capitalistas.

Deve-se notar que da boca dele nunca saiu a ideia de impulsionar a burguesia nacional e o surgimento e desenvolvimento de um aparato industrial nacional como obra dessa classe, tanto quanto tentaram, sem êxito, o liberalismo de início do século XX e o MNR em 1952. O que pretende é atrair capital privado da metrópole imperialista. Fiel ao seu pensamento neoliberal, o desenvolvimento de um país só pode ser consequência de um enorme investimento estrangeiro, razão pela qual o quarto pilar de seu plano econômico é: “Abrir Bolívia ao mundo”, que não é outra coisa, senão, abri-la para as corporações multinacionais. Em resumo, “Capitalismo para Todos” é apenas propaganda que busca encobrir o verdadeiro propósito de entregar a economia boliviana ao capital internacional.

No contexto da etapa monopolista imperialista do capitalismo, da presença hegemônica e sufocante das grandes multinacionais que dominam a economia mundial tanto nos diferentes blocos econômicos envolvidos em uma guerra comercial, não é possível para os países de economia capitalista atrasada conquistarem o desenvolvimento capitalista assim proclamado. A economia mundial é uma só. Nela, os países capitalistas desenvolvidos imperialistas aliviam suas graves crises econômicas ao custo de maior exploração e saque dos países de capitalismo atrasado. Nessa era “globalizada” (um eufemismo para justificar a natureza opressora do imperialismo), o capital financeiro

impõe o controle e a exploração dos recursos naturais estratégicos e da força de trabalho nativa barata. Negar a aplicação das leis do capitalismo monopolista sobre nossas pequenas economias atrasadas é o mesmo que querer cobrir o sol com a peneira.

A chegada de capital estrangeiro ao país, conforme anunciado por Paz e Lara, aprofundará o padrão produtivo extrativista e o caráter rentista do superávit econômico. A produção de minerais, hidrocarbonetos, produtos agrícolas e carne, que obtêm lucros extraordinários, é apropriada pelo capital estrangeiro. Isso é demonstrado pela produção cooperativista do ouro, pela produção agroindustrial no leste e pelo saque das multinacionais mineradoras no oeste.

Definitivamente, o capitalismo não será para todos, será para a oligarquia nativa e para as privilegiadas multinacionais.

O grande capital investidor acaba absorvendo e subordinando os pequenos capitais nativos, onde a “parte do leão” dos ganhos é embolsada pelas corporações e “a parte do rato” pelas pequenas e médias empresas nacionais. No fim, a classe proprietária boliviana acaba sendo o último vagão do trem que a multinacional está conduzindo para tirar a renda da mineração do país, deixando migalhas para a Bolívia na forma de impostos e royalties. Os modos de produção pré-capitalistas estão necessariamente subordinados ao modo de produção capitalista ligado ao imperialismo.

Conclusão: “Capitalismo para Todos” não significará benefício para os bolivianos, mas será capitalismo com grandes lucros para as grandes multinacionais e seu agente interno, a burguesia nativa. Sabemos muito bem como essas propostas demagógicas terminam. A falta de desenvolvimento econômico e, com ela, a pobreza, não só continuará, mas piorará.

O presidente é um vendedor de fumaça e ilusões, buscando persuadir os desavisados.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2861, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

O Partido Operário Revolucionário (POR) iniciou o estudo sobre a URSS, no *Jornal Massas*, nº 705, de 6 de janeiro de 2024, quando a sua derrocada pela contrarrevolução estalinista completava 32 anos. O objetivo foi o de expor as posições programáticas de Trotsky, de forma a sistematizá-las. Utilizamos os seus documentos que foram reunidos na obra “Escritos”, que abrange o período de 1929 a 1940, quando Trotsky foi assassinado em agosto desse ano. A exposição se encontra entre os jornais 705 a 729. Os números 730 e 731 foram dedicados a formulações de Lênin

e Guillermo Lora. Dos 732 e 733, apresentamos uma síntese das posições congressuais do POR sobre o processo de restauração capitalista. Dos 734 ao 736, reproduzimos passagens de artigos do *Jornal Massas* sobre as guerras que envolveram a Rússia e a Chechênia, bem como a Geórgia. No número 737, transcrevemos o capítulo do Programa de Transição sobre a URSS e a luta contra o estalinismo. Nos *Massas* 738 e 739, expusemos passagens do livro de Trotsky “Stalin, o grande organizador de derrotas”. No *Massas* 740, dedicamos a exposição do livro “Para onde vai a

Rússia”. Na sequência, nos *Massas* 741 e 742, apresentamos “Novo Curso”. Os *Massas* 743 ao 752 foram dedicados ao estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda.

Nesse número do *Massas*, 753, avaliamos como muito importante o “Manifesto da Internacional Comunista aos Proletários de todo o Mundo”. Nele se encontra a essência programática da constituição da III Internacional. Há uma íntima relação entre a liquidação da URSS em dezembro de 1991 e da III Internacional em junho de 1943.

Manifesto da Internacional Comunista aos Proletários de todo o Mundo

Março de 1919

Há setenta e dois anos, que o Partido Comunista apresentou seu programa ao mundo na forma de um Manifesto escrito pelos maiores arautos da revolução proletária, Karl Marx e Friedrich Engels. Já naquela época, o comunismo mal entrou na luta e foi açoitado por perseguições, mentiras e ódio das classes possuidoras, que pressentiam com razão nele seu inimigo mortal. O desenvolvimento do comunismo durante esses três quartos de século seguiu por caminhos complexos: lado a lado com períodos de ascensão tempestuosa, conheceu períodos de declínio; lado a lado com sucessos - derrotas cruéis. Mas essencialmente o movimento seguiu pelo caminho indicado antecipadamente pelo Manifesto do Partido Comunista. A época da luta final e decisiva chegou mais tarde do que os apóstolos da revolução socialista julgavam e esperavam. Mas chegou. Nós, comunistas, representantes do proletariado revolucionário dos diversos países da Europa, América e Ásia, reunidos em Moscou, capital da Rússia Soviética, sentimos e nos consideramos herdeiros e continuadores da obra cujo programa foi anunciado há 72 anos. Nossa tarefa é generalizar a experiência revolucionária da classe operária, livrar o movimento da mistura corrosiva de oportunismo e social-patriotismo, unificar os esforços de todos os partidos genuinamente revolucionários do proletariado mundial e, assim, facilitar e acelerar a vitória da revolução comunista em todo o mundo.

Hoje, quando a Europa está coberta de escombros e ruínas fumegantes, os incendiários responsáveis se ocupam em procurar os criminosos pela guerra. Em seu rastro seguem seus servos - professores, parlamentares, jornalistas, social-patriotas e outros apoios políticos da burguesia.

Durante muitos anos, o socialismo previu a inevitabilidade da guerra imperialista; viu as suas causas na ânsia insaciável de lucro e de propriedade das classes possuidoras dos dois competidores principais e, em geral, de todos os países capitalistas. Dois anos antes da explosão, no Congresso de Basileia, os dirigentes socialistas responsáveis de todos os países denunciaram o imperialismo como responsável da futura guerra. Ameaçaram a burguesia de desencadear sobre sua cabeça a revolução social, vingança do proletariado contra os crimes do capitalismo.

Agora, depois de uma experiência de cinco anos, agora que a história pôs à nu os interesses rapinas da Alemanha, desvenda os procedimentos não menos criminosos dos aliados, os socialistas oficiais dos países da Entente, seguindo seus governos, não deixam de apontar o kaiser alemão destronado como o grande culpado da guerra. Mas ainda, no seu abjeto servilismo, os social-patriotas alemães, que em agosto de 1914 faziam do livro branco diplomático das Hohenzollern o evangelho sagrado das nações, acusam hoje, por sua vez, a monarquia alemã, da qual foram fiéis servidores, de ser a causa principal da guerra. Esperam assim esquecer o papel que desempenharam e, simultaneamente, obter a indulgência dos vencedores. Mas, ao lado do papel que coube às dinastias derrubadas dos Romanov, aos Hohenzollern, aos Habsburgos e às pandilhas capitalistas de seus países, o papel das classes dirigentes

da França, da Inglaterra, da Itália e dos Estados Unidos surge, em toda a sua criminoso amplitude, à luz dos fatos ocorridos e das revelações diplomáticas. Até o momento preciso da explosão da guerra, a diplomacia inglesa não levantou a sua máscara misteriosa. O governo da City temia que, se declarasse categoricamente a sua intenção de participar na guerra ao lado da Entente, o governo de Berlim retrocederia e não haveria guerra. Foi por isso que se conduziu, por um lado, de modo a fazer Berlim e Viena esperarem pela neutralidade da Inglaterra; e, por outro lado, permitir a Paris e a Petrogrado contarem firmemente com a sua intervenção.

Preparada pela marcha da história, ao longo de muitas décadas, a guerra foi desencadeada por uma provocação direta e consciente da Grã-Bretanha. O seu governo tinha calculado apoiar a Rússia e a França, exclusivamente na medida necessária para esgotá-las e esgotar a Alemanha, seu inimigo mortal. Mas o poder do sistema alemão revelou-se muito perigoso, e impôs uma intervenção, não já aparente, mas real, da Inglaterra.

O papel do espectador sorridente, que a Grã-Bretanha pretendia por tradição, recaiu sobre os Estados Unidos. O governo de Wilson aceitou tanto mais facilmente o bloqueio inglês, que diminuía as possibilidades de especulação da Bolsa norte-americana sobre o sangue europeu, quando sabia que as potências da Entente indenizaram a burguesia norte-americana com grandes lucros pela violação da ‘direito internacional’. Entretanto, a enorme superioridade militar alemã obrigou o governo de Washington a sair, por sua vez do estado de neutralidade fictícia em relação à Europa. Os Estados Unidos encarregaram-se da missão que a Inglaterra tinha desempenhado nas guerras passadas e que tinha tentado assegurar na última, em relação ao Continente: debilitar um dos campos, servindo-se do outro, e não se imiscuir nas operações militares mais do que o indispensável para garantir todas as vantagens da situação. A aposta feita na loteria americana não era grande, mas foi a última e assegurou-se o triunfo.

As contradições do regime capitalista revelaram à humanidade com a continuação da guerra, sob a forma de sofrimentos físicos: fome, frio, doenças epidêmicas e regresso à barbárie. Assim ficou resolvida definitivamente a velha querela acadêmica dos socialistas sobre a teoria da pauperização e da passagem progressiva do capitalismo ao socialismo. Os estadistas e os pontífices da teoria da quadratura do círculo tinham rebuscado durante décadas, em todos os cantos do mundo, fatos reais ou imaginários capazes de demonstrar o progresso do bem-estar de certos grupos ou categoriais da classe operária. Encarava-se a teoria da pauperização como se ela estivesse enterrada debaixo do escarnecimento depreciativo dos eunucos que ocupavam as tribunas universitárias da burguesia e dos mandarins do oportunismo socialista. Agora, não é apenas a pauperização social, mas sim um empobrecimento fisiológico, biológico, o que se nos apresenta em toda a sua horrorosa realidade.

A catástrofe da guerra varreu de cima abaixo todas as conquistas das batalhas sindicais e parlamentares. E, no entanto, essa guerra nasceu das tendências internas do capitalismo tal como os acordos econômicos ou os compromissos parlamentares, que os enterrou no sangue e na lama.

O capital financeiro, após ter precipitado a humanidade no abismo da guerra, sofreu ele próprio uma modificação catastrófica no abismo da guerra, sofreu ele próprio uma modificação catastrófica. O estado de dependência em que o papel-moeda se encontrava em relação ao fundamento material da produção rompeu-se definitivamente. Perdendo cada vez mais o seu valor de

meio e de regulador do intercâmbio dos produtos no regime capitalista, o papel-moeda transformou-se em instrumento de requisição, de conquista e, em geral, de opressão militar e econômica.

A completa desvalorização das notas de banco indica a crise mortal geral que afeta a circulação dos produtos no regime capitalista. Se a livre concorrência, como regulador da produção e da distribuição, foi substituída nos principais setores da economia pelo sistema dos trustes e dos monopólios, muitas décadas antes da guerra, o próprio curso desta tirou o papel regulador e diretor dos agrupamentos econômicos, para transferi-lo diretamente ao poder militar e governamental. A distribuição de matérias-primas, a exploração do petróleo de Baku ou da Romênia, da hulha do Donetz, do trigo da Ucrânia, o uso das locomotivas, dos vagões, e dos automóveis da Alemanha, o abastecimento de pão e carne à Europa faminta, todas essas questões fundamentais da vida econômica mundial já não estão reguladas pela livre concorrência e nem sequer pelas combinações de trustes ou de consórcios nacionais e internacionais. Cairam sob o jugo das tiranias militares para lhe servirem de agora em diante de salvaguarda. Se a sujeição absoluta do poder político ao capital financeiro conduziu a humanidade a carnificina imperialista, essa carnificina permitiu ao capital financeiro, não só militarizar o Estado por completo, mas também militarizar-se a si próprio, de modo que já não pode cumprir as suas funções econômicas essenciais senão a ferro e fogo.

Os oportunistas que, antes da guerra, convidavam os operários a moderar as suas reivindicações, sob o pretexto da passagem gradual para o socialismo; que, durante a guerra, os obrigaram a renunciar à luta de classes em nome da união sagrada e da defesa nacional, exigem agora do proletariado um novo sacrifício, desta vez para triunfarem das espantosas consequências da guerra. Se tais pregadores pudessem influenciar as massas operárias, o desenvolvimento do capital continuaria sacrificando numerosas gerações, sob novas formas, cada vez mais concentradas e mais monstruosas, com a perspectiva fatal de um nova guerra mundial. Afortunadamente para a humanidade, isso já não é possível.

A estatização da vida econômica, contra a qual tanto protestava o liberalismo, é um fato consumado. Voltar, não já à livre concorrência, senão pelo menos à dominação dos trustes, monopólios e outros polvos capitalistas, é impossível de agora em diante. A questão trata apenas de saber quem é que vai controlar, de hoje em diante, a produção estatizada: o Estado imperialista ou o Estado dos proletariados vitoriosos.

Por outras palavras: transformar-se-á a humanidade trabalhadora no seu conjunto na escrava tributária de uma pandilha mundial triunfante que, sob a bandeira da Liga das Nações, por meio de um exército “internacional” e de uma frota “internacional”, saqueará e estrangulará uns, manterá outros, mas sempre e por todo o lado acorrentará o proletariado, com o único objetivo de manter a sua própria dominação? Ou será que a classe operária da Europa e dos países mais avançados do mundo vai se apoderar da vida econômica, ainda desorganizada e destruída, com o fim de assegurar a sua reconstrução em bases socialistas?

Só se pode abreviar a época de crise que atravessamos utilizando os métodos da ditadura do proletariado, que não olha para o passado, que não considera nem os privilégios hereditários nem o direito de propriedade, que, tendo apenas em conta a necessidade de salvar as massas famintas, mobiliza para isso todos os meios e todas as forças, decreta para todo o mundo a obrigatoriedade do trabalho, institui o regime da disciplina operária, não só para curar, em alguns anos as largas feridas abertas pela guerra, mas também para elevar a humanidade a uma altura nova e insuspeitada.

O Estado nacional, depois de ter dado um impulso vigoroso ao desenvolvimento capitalista, tornou-se demasiado estreito para a expansão das forças produtivas. Esse fenômeno tornou mais difícil a situação dos pequenos Estados encravados no meio das grandes potências da Europa e do mundo. Esses pequenos Estados, surgidos em épocas distintas como fragmentos dos grandes, como moeda corrente destinada a pagar diversos tributos, como tampões estratégicos, possuem as suas dinastias, as suas castas dirigentes, as suas pretensões imperialistas e as suas intrigas diplomáticas. A sua independência ilusória assentou, até à altura da guerra, exatamente como estava baseado o imperialismo europeu, sobre o antagonismo dos dois campos imperialistas. A guerra destruiu esse equilíbrio. Ao dar a princípio uma imensa vantagem à Alemanha, a guerra obrigou os pequenos Estados a procurarem a sua salvação na magnanimidade do militarismo alemão. Vencida a Alemanha, a burguesia dos pequenos Estados, de acordo com os seus “socialistas” patriotas, voltou-se para saudar o imperialismo triunfante dos aliados, e dedicou-se à tarefa de voltar a procurar, nos artigos hipócritas do programa de Wilson, as garantias de manutenção de sua existência independente. Simultaneamente, aumentou o número de pequenos Estados: da monarquia austro-húngara e do império

dos czares saíram novos Estados, que, mal nasceram, já saltam às gargantas uns dos outros pelos problemas das fronteiras. Entretanto, os imperialistas Aliados preparam combinações de pequenas potências, antigas e novas, para as encadear em umas às outras mediante um ódio mútuo e uma debilidade geral.

Esmagando e violentando os povos pequenos e débeis, condenando-os à fome e à humilhação, tal como pouco tempo antes faziam os imperialistas das metrópoles centrais, os imperialistas aliados não deixam de falar do direito das nacionalidades, direitos que eles espezinham na Europa e no mundo inteiro.

Só a Revolução proletária pode garantir aos povos pequenos uma existência livre, pois libertará as forças produtivas dos marcos estreitos dos Estados nacionais, unindo os povos em uma estreita colaboração econômica, conforme a um plano econômico comum. Só ela dará aos povos mais débeis e menos numerosos a possibilidade de administrarem, com absoluta liberdade e independência, a sua cultura nacional, sem causar o menor dano à vida econômica unificada e centralizada da Europa e do mundo.

A última guerra, que foi em grande parte uma guerra pela conquista das colônias, foi simultaneamente uma guerra feita com a ajuda das colônias. Os povos coloniais foram arrastados para a guerra europeia em proporções desconhecidas até agora. Em nome de que é que se bateram sobre terra europeia os hindus, os negros, os árabes e os malgaches? Em nome do seu direito de continuarem a ser por muito tempo escravos da Inglaterra e da França. Nunca o espetáculo da infâmia do Estado capitalista nas colônias tinha sido tão edificante: nunca o problema da escravidão colonial se tinha colocado com tal agudeza.

Daí o estalar de uma série de revoltas ou de movimentos revolucionários em todas as colônias. Na própria Europa, a Irlanda recordou, com sangrentos combates de rua, que era ainda o que tinha consciência de ser, um país dominado. Em Madagascar, em Annam e em outros lugares, as tropas da república burguesa tiveram de castigar as insurreições dos escravos coloniais, por mais de uma vez, ao longo da guerra. Na Índia, o movimento revolucionário não parou por um único dia. Culminou recentemente com greves operárias grandiosas, a que o governo britânico respondeu fazendo intervir os tanques em Bombaim.

Assim, a questão colonial está colocada em toda a sua amplitude, não só sobre a mesa do congresso diplomático de Paris, mas também nas próprias colônias. O programa de Wilson tem por objetivo, na sua interpretação mais favorável, mudar o rótulo de escravidão colonial. A libertação das colônias só se pode conceber em conjunto com a da classe operária das metrópoles. Os operários e os camponeses, não só de Annam, da Argélia ou de Bengala, mas inclusive da Pérsia e da Armênia, só poderão usufruir de uma existência independente no dia em que os operários da Inglaterra e da França, tendo derrubado Lloyd George e Clemenceau, tomarem nas suas mãos o poder governamental. A partir de agora, nas colônias mais desenvolvidas a luta já não está empenhada apenas sob a bandeira da libertação nacional; toma, imediatamente, um caráter social mais ou menos claramente definido. Se a Europa capitalista arrastou, não obstante, as partes mais atrasadas do mundo para o torvelinho das relações capitalistas, a Europa socialista virá, por seu turno, em auxílio das colônias libertadas, com a sua técnica, a sua organização e a sua influência moral, com o objetivo de acelerar a sua marcha para a vida econômica regularmente organizada pelo socialismo.

Escravos coloniais da África e da Ásia: a hora da ditadura proletária na Europa soar para vós como a hora da vossa libertação.

O mundo burguês inteiro acusa o comunismo de aniquilar a liberdade e a democracia política. É falso. Ao tomar o poder, o proletariado apenas manifesta a completa impossibilidade de aplicar os métodos da democracia burguesa e criar as condições e as formas de uma democracia operária nova e mais elevada. Todo o curso do desenvolvimento capitalista, particularmente na última época imperialista, minou as bases da democracia política, não só ao dividir as nações em duas classes irreconciliavelmente inimigas, mas inclusive ao condenar à deterioração econômica e à impotência política múltiplas camadas da pequena burguesia e do proletariado, colocando-as ao mesmo nível dos elementos mais deserdados do próprio proletariado.

Nos países em que o desenvolvimento histórico o permitiu, a classe operária utilizou o regime da democracia política para a sua organização contra o capital. Fará o mesmo no futuro nos países em que ainda não se tenham realizado as condições preliminares para uma revolução operária. Mas as massas da população intermediária, não só das aldeias mas inclusive das cidades, são mantidas pelo capitalismo muito atrás, com um atraso de muitas épocas em relação ao desenvolvimento histórico.



O camponês da Baviera ou de Baden, ainda profundamente apegado ao campanário da sua aldeia, o pequeno vinhateiro francês arruinado pela falsificação de vinhos pelos grandes capitalistas, o pequeno lavrador norte-americano afogado em dívidas e sugado pelos banqueiros e deputados, todas essas camadas sociais, atiradas pelo capitalismo para longe da rota principal do desenvolvimento histórico, são teoricamente convidadas pelo regime da democracia política a participar no governo do Estado. Na realidade, nas questões fundamentais de que depende o destino das nações, é uma oligarquia financeira que governa por detrás dos bastidores da democracia parlamentar. Foi assim, até há pouco, na questão da guerra. É assim, agora, na questão da paz.

Na medida em que a oligarquia financeira ainda se dá ao trabalho de fazer sancionar os seus atos de tirania com votações parlamentares, o Estado burguês serve-se, para conseguir os resultados desejados, de todas as armas da mentira, da demagogia, da perseguição, da calúnia, da corrupção e do terror, postas à sua disposição pelos séculos passados de escravatura, e multiplicadas pelos prodígios de técnica capitalista.

Exigir ao proletariado que na sua última luta de morte contra o capital, respeite piedosamente os princípios da democracia política, equivaleria a exigir a um homem, que defendesse a sua existência e a sua vida contra um grupo de bandidos, que respeitasse as regras artificiais e convencionais do boxe francês, instituídas pelo seu inimigo e não respeitadas por este.

Colocado no campo da devastação, no qual não só os meios de produção e de transporte, mas inclusive as instituições da democracia política já não são senão um montão de despojos ensanguentados, o proletariado é obrigado a criar uma organização própria, que serve em primeiro lugar para conservar a coesão interna da própria classe operária, o que lhe dá a possibilidade de intervir revolucionariamente no desenvolvimento ulterior da humanidade. Essa organização são os Soviéticos.

Os antigos partidos, as antigas organizações sindicais, mostraram-se já, na pessoa dos seus dirigentes, incapazes não só de decidir, mas até mesmo de compreender os problemas colocados pela nova época. O proletariado criou um novo tipo de organização ampla, que engloba as massas operárias independentemente da profissão e do grau de desenvolvimento político, uma organização flexível, capaz de se renovar e ampliar perpetuamente, que pode sempre arrastar para sua órbita novos setores e abraçar as camadas de trabalhadoras próximas do proletariado, na cidade e no campo. Essa organização insubstituível da classe operária, governando-se a si própria, lutando e conquistando finalmente o poder político, foi posta à prova em diversos países; constitui a conquista e a arma mais poderosa do proletariado de nossa época.

Em todos os países onde as massas trabalhadoras têm consciência de classe, formam-se hoje e continuarão a formar-se os Soviéticos de deputados operários, soldados e camponeses. Fortificar os Soviéticos, aumentar a sua autoridade, opô-los ao aparato governamental da burguesia: é esse, atualmente, o objetivo essencial dos operários conscientes e leais de todos os países. Através dos Soviéticos, a classe operária pode escapar aos elementos de dissolução que transportam para o seu seio os sofrimentos infernais da guerra, da fome, da tirania dos ricos com a traição dos seus antigos chefes. Por meio dos Soviéticos, a classe operária pode, de maneira mais segura e fácil, atingir o poder em todos os países em que os Soviéticos reúnem à sua volta a maioria dos trabalhadores. Através dos Soviéticos, a classe operária, senhora do poder, governará todos os setores da vida econômica e do país, como já sucede na Rússia.

A ruína do Estado imperialista, desde as suas formas czaristas até às mais democráticas, vai ao lado da ruína do sistema imperialista. Os exércitos de muitos milhões de homens mobilizados pelo imperialismo só se puderam manter enquanto o proletariado aceitava o jugo da burguesia. A destruição da unidade nacional significa a destruição inevitável dos exércitos. Isso foi o que aconteceu, primeiro na Rússia, e logo a seguir na Alemanha e Áustria. É o que agora se deve esperar dos outros países imperialistas. A revolta do camponês contra o proprietário, do operário contra o capitalista, de ambos contra a burocracia monárquica ou a “democrática” traz consigo inevitavelmente a revolta dos soldados contra os oficiais e, em seguida, uma cisão entre os elementos proletários e burgueses dentro do próprio exército. A guerra imperialista de não contra nação, transformou-se e transforma-se cada vez mais em guerra civil de classes contra classe.

As lamentações do mundo burguês sobre a guerra civil e o terror vermelho constituem a mais monstruosa hipocrisia que a história das lutas políticas já registrou. Não haveria guerra civil se as pandilhas de exploradores, que conduziram a humanidade à beira do abismo, não se tivessem oposto a todo o progresso dos trabalhadores, não tivessem organizado complôs e assassinatos e não tivessem solicitado a ajuda armada do estrangeiro para conservar ou restaurar os seus privilégios usurpados.

A guerra civil foi imposta à classe operária pelos seus inimigos mortais.

Se não quiser suicidar-se e renunciar ao seu futuro, que é o futuro de toda a humanidade, a classe operária não pode evitar responder com golpes aos golpes dos seus agressores. Os partidos comunistas nunca provocaram artificialmente a guerra civil, esforçam-se por diminuir, tanto quanto possível, a sua duração, sempre que ela surgiu como uma necessidade inevitável, pro reduzir ao mínimo o número de vítimas, mas, acima de tudo, por assegurar a vitória do proletariado. Disso deriva a necessidade de desarmar a tempo a burguesia, de armar os operários, de criar um exército comunista para defender o poder do proletariado e a inviolabilidade da construção socialista. Esse é o Exército Vermelho da Rússia soviética, que surgiu e se ergue como a muralha das conquistas da classe operária, contra os ataques internos e externos. Um exército soviético e inseparável de um Estado soviético.

Conscientes do caráter universal de sua causa, os operários mais avançados tenderam desde os primeiros passos do movimento socialista organizado, para uma união internacional desse movimento. As bases desse foram definidas em 1964, em Londres, pela I Internacional. A guerra franco-alemã, da qual nasceu a Alemanha dos Hohensollern destruiu a I Internacional e ao mesmo tempo deu razão às suas previsões. Desde então, abriu-se um período de desenvolvimento do movimento socialista, sob a forma de um agrupamento de partidos operários nacionais. Em 1889, esses partidos reuniram-se em um Congresso em Paris e criaram a organização da II Internacional. Mas o centro de gravidade do movimento operário situava-se inteiramente, nessa época, no campo nacional, no quadro dos Estados nacionais, na base da indústria nacional, no domínio do parlamentarismo nacional. Muitas décadas de trabalho, de organização e de reformas criaram uma geração de dirigentes que, na sua maioria, aceitavam, em palavras, o programa da revolução social, mas que renunciavam a ele de fato, e que se fundiram com o reformismo, numa adaptação servil burguesa.

O caráter oportunista dos partidos dirigentes da II Internacional revelou-se claramente e conduziu ao maior recuo da história mundial, no preciso momento em que o curso dos acontecimentos históricos reclamava dos partidos da classe operária métodos revolucionários de luta. Se a guerra de 1870 significou um golpe para a I Internacional, ao colocar a descoberto que, por detrás do seu programa social e revolucionário, não havia ainda nenhuma força organizada de massas, a guerra de 1914 matou a II Internacional ao mostrar que à cabeça das suas poderosas organizações de massas se encontravam partidos convertidos em instrumentos dóceis da dominação burguesa.

Essas observações não se aplicam exclusivamente aos social-patriotas que se passaram clara e abertamente para o campo da burguesia, que se converteram nos seus delegados preferidos, nos seus agentes de confiança, nos verdugos mais seguros da classe operária. Aplicam-se também à tendência centrista, indeterminada e inconsciente, que tenta restaurar a II Internacional, quer dizer, perpetuar a estreiteza de vistas, o oportunismo e a impotência revolucionária dos seus círculos dirigentes. O Partido Independente da Alemanha, a atual maioria do partido Socialista na França, o partido Operário Independente Inglês e todos os outros grupos semelhantes, tentam de fato tomar o lugar que antes da guerra era ocupado pelos antigos partidos oficiais da Segunda Internacional. Apresentam-se como antes, com ideias de compromisso e unidade, paralisando por todos os meios e energia do proletariado, prolongando a crise e multiplicando desse modo as desgraças da Europa. A luta contra o centro socialdemocrata é a conclusão indispensável do êxito da luta contra o imperialismo.

Jogando para longe de nós todas as meias tintas, as mentiras e a covardia dos partidos socialistas oficiais caducos, nós, comunistas, unidos na III Internacional, reconhecemo-nos como os continuadores diretos dos esforços e do martírio heroico despendido na longa série de gerações revolucionárias, desde Babeuf até Carlos Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Se a I Internacional previu o desenvolvimento futuro e preparou os caminhos, e se a II Internacional reuniu e organizou milhões de proletários, a III Internacional é a Internacional da ação das massas, a Internacional da realização revolucionária.

A crítica socialista atingiu suficientemente a ordem burguesa. A tarefa do Partido Comunista é subverter esse estado de coisas e edificar, em seu lugar, o regime socialista. Apelamos aos operários e operárias de todos os países para que se unam sob a bandeira do comunismo, que é já a bandeira das primeiras grandes vitórias proletárias em todos os países! Na luta contra a barbárie imperialista, contra a monarquia e as classes privilegiadas, contra o Estado burguês e a propriedade burguesa, contra todos os aspectos e todas as formas de opressão de classes ou de nações, uni-vos!”

Sob a bandeira dos Soviéticos operários, da luta revolucionária pelo poder e pela ditadura do proletariado, sob a bandeira da III Internacional, proletários de todos os países, uni-vos”.